

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Departamento de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 3

População Jovem no Brasil

Rio de Janeiro
1999

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 Série Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.

Divulga tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, acompanhadas ou não de análises de resultados e estudos descritivos, de autoria institucional. A série Estudos e Pesquisas está subdividida em: Informação Geográfica; Informação Demográfica e Socioeconômica; Informação Econômica; e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 85-240-0755-9

© IBGE. 1999

Projeto Editorial

Gerência de Editoração/Departamento
de Produção-DEPRO/CDDI

Estruturação Textual e Tabular

Carmen Heloisa Pessoa Costa
Beth Fontoura

Projeto Tabular

Beth Fontoura

Copidesque e Revisão

Anna Maria dos Santos
Iaracy Prazeres Gomes
Katia Domingos Vieira
Sueli Alves de Amorim

Designer Gráfico

Sebastião Monsorens

Normalização Bibliográfica

Gerência de Documentação/CDDI
Diva de Assis Moreira
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação
e Disseminação de Informações - CDDI/
IBGE, em 2000.

Capa

Gerência de Criação - DIVIC/CDDI

Renato J. Aguiar

População jovem no Brasil / IBGE, Departamento
de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro:
IBGE, 1999.
55 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica
e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 3)

ISBN 85-240-0755-9

1. Jovens - condições sociais - Estatística, I. IBGE.
Departamento de População e Indicadores Sociais. II.Série.

Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 314.9-053.6/.81
RJ/99-21 DEM

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Equipe técnica

Coordenadores

População jovem no Brasil: a dimensão demográfica

Juarez de Castro Oliveira

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos: características, diferenciais e desafios

Ana Lúcia Sabóia

Sílvia Bregman

Processamento de dados

João Raposo Belchior

Apresentação

O presente estudo, desenvolvido pelo Departamento de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE, visa a contribuir para a compreensão da evolução sociodemográfica da população jovem brasileira, destacando suas características diferenciais, principalmente as da mulher jovem, na faixa de 15 a 24 anos.

Rio de Janeiro, RJ, novembro de 1999

Maria Martha Malard Mayer

Diretora de Pesquisas

Sumário

População jovem no Brasil: a dimensão demográfica

Introdução	9
Panorama nacional	10
Evolução da população jovem brasileira	10
Características diferenciais	15
Panorama regional	22
Evolução da população jovem	22
Características diferenciais	24
Panorama metropolitano	27
Evolução da população jovem	27
Características diferenciais	29
Considerações finais	33

O perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos: características, diferenciais e desafios

Introdução	35
Principais características	37
Filhos e estado civil	37
Famílias chefiadas por mulheres	39
A situação educacional das jovens	41
As jovens no mercado de trabalho	44
Os diferenciais entre jovens do sexo masculino e feminino ...	47
Desafios, políticas, ações, estratégias	52

Referências bibliográficas	55
---	-----------

População jovem no Brasil: a dimensão demográfica

Introdução

O conhecimento detalhado dos aspectos demográficos, sociais, culturais, econômicos, de saúde, entre tantos outros, que dizem respeito a segmentos populacionais específicos, deve ser traduzido como o alicerce principal para o estabelecimento de políticas voltadas para atender às demandas destes contingentes, independentemente de estarem tais políticas vinculadas às esferas públicas ou privadas.

Particularmente, a população jovem do País constitui-se em um público-alvo de uma gama de estratégias necessárias e/ou intencionais (*marketing*, mídia, indústria de consumo e de lazer estão aí para isso) voltadas exclusivamente para este grupo.

Neste texto, pretende-se tecer considerações sobre a natureza demográfica do segmento de jovens de 15 a 24 anos de idade, por se tratar de um recorte etário que requer especial atenção por parte dos responsáveis diretos pelo planejamento nacional, e até mesmo pela sua administração.

De início, basta citar que estes jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho. Por outro lado, são estes mesmos jovens que estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas. E, além disso, é a fecundidade das mulheres nesta faixa etária que, atualmente, mais tem contribuído para o nível geral prevalente no Brasil. Neste sentido, este capítulo objetiva contribuir com comentários descritivos e analíticos a respeito das principais características demográficas da população jovem no Brasil.

Panorama nacional

Evolução da população jovem brasileira

A partir da série dos Censos Demográficos brasileiros é possível avaliar a evolução do contingente de 15 a 24 anos de idade. Muito embora os efetivos absolutos apresentem uma tendência de crescimento, este experimenta um paulatino processo de desaceleração a partir da década de 70. Em 1940, eram 8,2 milhões de jovens neste grupo etário e 30 anos depois estes jovens e adultos jovens já somavam 18,5 milhões. Em anos mais recentes, 1991 e 1996, os respectivos censos populacionais enumeraram 28,6 e 31,1 milhões de pessoas de 15 a 24 anos de idade.

Mas é examinando as variações absoluta e percentual do contingente de jovens de 15 a 24 anos, entre 1991 e 1996, que se evidencia o impacto das estruturas etárias passadas sobre a derivada do Censo Populacional 1996. Se em um período de 11 anos estes jovens incrementaram-se em 3,5 milhões, significando uma variação percentual entre 1980 e 1991 de 13,9%, em apenas cinco anos (1991-1996) este segmento experimentou um acréscimo de 2,5 milhões de jovens, representando um aumento de 8,8% (Tabela 1 e Gráfico 1).

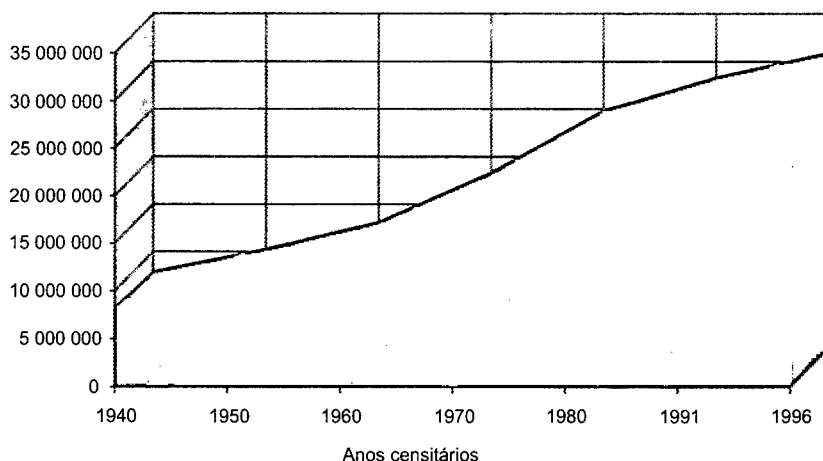
Tabela 1 - População de 15 a 24 anos de idade, segundo os Censos Demográficos - Brasil - 1940/1996

Ano	População de 15 a 24 anos de idade				
	Total absoluto	Variação		Participação em relação à população total	Taxa de crescimento (%)
		Absoluta	Relativa (%)		
1940	8 246 733			20,1	
1950	10 489 368	2 426 352	27,2	20,3	2,4
1960	13 413 413	2 924 048	27,9	19,2	2,5
1970	18 539 088	5 125 672	38,2	19,9	3,3
1980*	25 089 191	6 550 103	35,3	21,1	3,1
1991	28 582 350	3 493 159	13,9	19,5	1,2
1996	31 088 484	2 506 134	8,8	19,8	1,7

Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Esta desaceleração no ritmo de crescimento da população jovem, a partir da década de 70, é bem visível quando se observam as variações percentuais e as respectivas taxas de crescimento, sobretudo as correspondentes aos períodos de 1980-1991 e 1991-1996 (1,2% e 1,7%, respectivamente), pois trata-se de gerações nascidas sob o efeito de uma fecundidade declinante. De-

Gráfico 1 - População de 15 a 24 anos de idade, segundo os Censos Demográficos - Brasil - 1940/1996



Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.



ve-se mencionar que o aumento verificado na taxa entre os dois períodos será posteriormente analisado com maiores detalhes. De qualquer forma, é importante ressaltar que o efeito da transição da fecundidade para baixos níveis no Brasil somente se concretiza em meados dos anos 80, com a constatação do estreitamento da base da pirâmide etária oriunda do Censo Demográfico 1991.

A população de jovens no Brasil com idades compreendidas entre 15 e 24 anos revelada pela Contagem Populacional 1996 contabilizou 31 088 484 pessoas. Em relação à população total do País, esta cifra representa 19,8%, estando dentro do intervalo de variação histórico que vem oscilando entre 19% e 21%.

Com o propósito de estabelecer uma comparação com a evolução, ao longo do período analisado, de outras faixas etárias importantes, um exame inicial da Tabela 2 e do Gráfico 2 mostra que, em decorrência da continuada queda dos níveis da fecundidade no País, iniciada em meados da década de 60, com a introdução dos métodos anticonceptivos orais e, mais recentemente, com a constatação

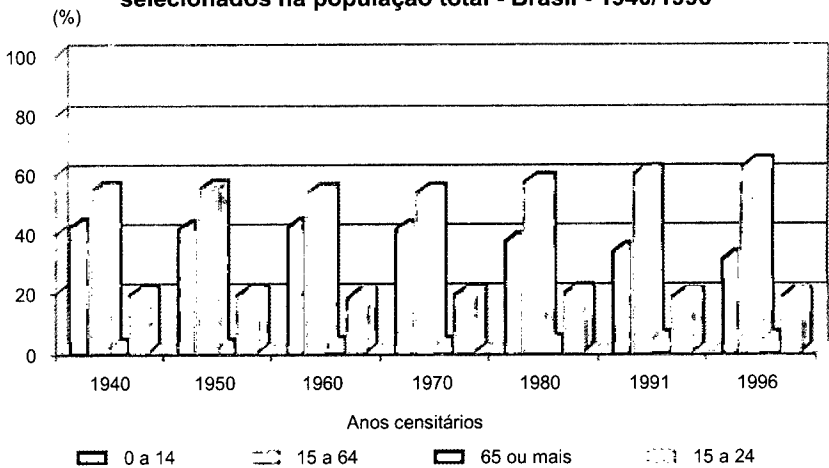
Tabela 2 - Distribuição relativa da população nos anos censitários, segundo os grupos de idade
Brasil - 1940/1996

Grupos de idade	Distribuição relativa da população (%)						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 14 anos	42,6	41,9	42,7	42,1	38,2	34,7	31,6
15 a 64 anos	55,0	55,7	54,6	54,8	57,7	60,5	63,0
15 a 24 anos	20,1	20,3	19,2	19,9	21,1	19,5	19,8
15 a 19 anos	10,8	10,6	10,3	11,0	11,4	10,2	10,7
20 a 24 anos	9,2	9,6	8,9	8,9	9,7	9,2	9,2
25 a 64 anos	35,0	35,5	35,4	34,8	36,6	41,0	43,2
65 anos ou mais	2,4	2,4	2,7	3,2	4,0	4,8	5,4

Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

do elevado número de mulheres esterilizadas, o peso relativo das crianças de 0 a 14 anos de idade, em relação ao total da população brasileira está em franco processo de declínio. Em 1970, por exemplo, este grupo etário representava 42,1% da população total, reduzindo-se para 38,2%, em 1980, e passando para 34,7% e 31,6%, em 1991 e 1996, respectivamente.

Gráfico 2 - Participação relativa da população de grupos etários selecionados na população total - Brasil - 1940/1996



Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Em contrapartida, os grupos etários que formam a chamada população potencialmente ativa e os idosos passaram a deter maior representatividade nos efetivos populacionais totais. Outros indicadores, como os que ilustram a Tabela 3 e o Gráfico 3,

**Tabela 3 - Crescimento relativo da população residente total, segundo os grupos de idade
Brasil - 1940/1996**

Grupos de idade	Crescimento relativo da população residente total					
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Total	25,9	35,1	32,9	27,9	23,5	6,7
0 a 14 anos	23,7	37,8	31,1	16,2	12,2	(-) 2,8
15 a 64 anos	27,5	32,4	33,3	34,9	29,3	11,2
15 a 24 anos	27,2	27,9	38,2	35,3	13,9	8,8
15 a 19 anos	23,8	30,3	43,0	32,4	10,6	11,1
20 a 24 anos	31,2	25,3	32,7	39,0	17,8	6,2
25 a 64 anos	27,7	34,9	30,6	34,6	38,2	12,4
65 anos ou mais	28,9	51,6	52,8	63,1	48,5	18,6

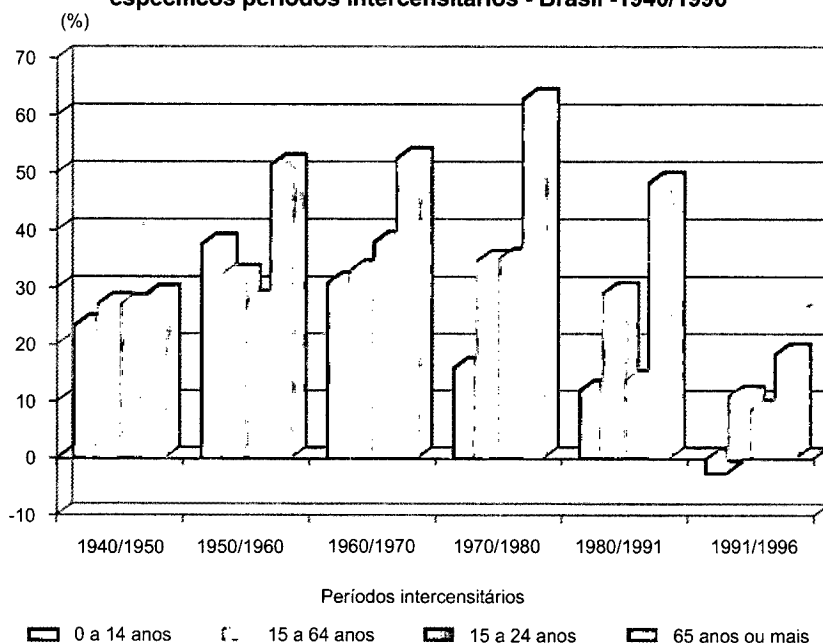
Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

permitem afirmar que foram os idosos de 65 anos ou mais de idade que experimentaram os mais expressivos incrementos relativos no período de 1960-1996. Evidentemente que este fato se deve ao efeito combinado da redução do nível geral da fecundidade no Brasil e dos sucessivos ganhos na expectativa de vida ao nascer do brasileiro.

Segundo o Censo Demográfico 1970, este contingente de idosos residentes no País correspondia a 3,2% da

população total, passando a representar 4,0%, em 1980, e 4,8% 11 anos depois. A Contagem Populacional 1996 registrou um percentual de 5,4%.

Gráfico 3 - Crescimento relativo da população de grupos etários específicos períodos intercensitários - Brasil -1940/1996



Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.



Com relação à população potencialmente ativa, ou seja, aquela com idades compreendidas entre 15 e 64 anos, verifica-se que, muito embora sua representação relativa venha, ao longo do período analisado, adquirindo pesos cada vez maiores, seu crescimento relativo vem diminuindo paulatinamente desde 1980. Em 1970 este grupo significava quase que 55% da população total, contudo seu incremento durante a década de 70 foi de 35%. De acordo com os resultados do Censo Demográfico 1991, sua participação, naquele ano alcançara 60,5%, ao passo que seu crescimento relativo no período de 1980-1991 não alcançou os 30%.

Neste sentido é importante destacar, mediante um exame da Tabela 4 e do Gráfico 4, que as transformações ocorridas no padrão de procriação em nível nacional, conjuntamente com os ganhos na vida média da população brasileira, resultaram em aspectos relevantes que merecem ser pontualizados. Por exemplo, o conjunto de crianças de 0 a 14 anos já apresenta taxa de crescimento negativa no período de 1991-1996 (-0,6%). As perspectivas sobre a evolução deste grupo específico apontam no sentido de que já no período de 1995-2000, sua taxa de crescimento já estaria oscilando em torno de zero¹. Outro aspecto que merece ser ressaltado diz respeito ao conjunto de 65 anos ou mais, ao qual vem detendo as maiores taxas de crescimento, referentes aos períodos intercensitários, desde 1950. Sua taxa máxima foi atingida no período de 1970-1980 (5,0%) e, no quinquênio mais recente, alcançou 3,5% de crescimento médio anual.

Tabela 4 - Taxas médias geométricas de crescimento anual da população, segundo os grupos de idade - Brasil - 1940/1996

Grupos de idade	Taxas médias geométricas de crescimento anual da população					
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Total	2,4	3,1	2,9	2,5	1,9	1,4
0 a 14 anos	2,2	3,3	2,7	1,5	1,1	(-) 0,6
15 a 64 anos	2,5	2,8	2,9	3,0	2,4	2,2
15 a 24 anos	2,4	2,5	3,3	3,1	1,2	1,7
15 a 19 anos	2,2	2,7	3,6	2,9	0,9	2,2
20 a 24 anos	2,8	2,3	2,9	3,3	1,5	1,2
25 a 64 anos	2,5	3,0	2,7	3,0	3,0	2,4
65 anos ou mais	2,6	4,3	4,3	5,0	3,7	3,5

Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

¹MENDES, M.M.S. et al. Projeção preliminar da população do Brasil para o período de 1980-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. Textos para Discussão, n. 73. Esta Projeção já foi revisada, com a incorporação de indicativo da migração internacional nos períodos de 1980-1991 e 1991-1996, e com alteração da hipótese sobre a trajetória da fecundidade que, segundo as estimativas mais atuais, Censo 91 e PNADs 92, 93 e 95 (não disponíveis na ocasião de sua elaboração - ano de 1993) esta variável demográfica estaria experimentando um processo de desaceleração de seu ritmo de declínio. Adotou-se, então, a hipótese de declínio da fecundidade que garantiu, no limite, população estável e estacionária.

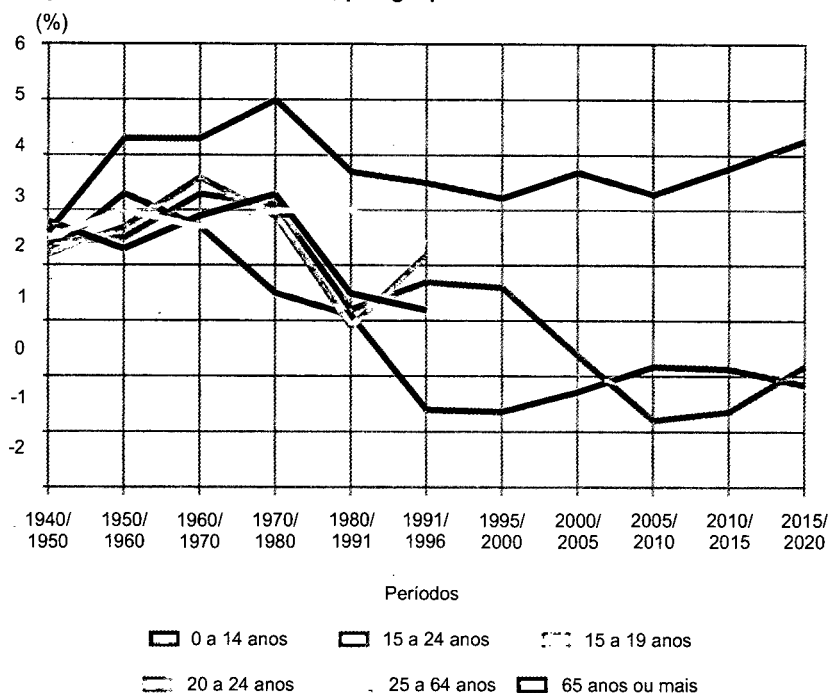
O efeito das estruturas etárias passa-das sobre a que se de-ri-va da Contagem Populacional 1996 tor-na-se visível quando se observa o compor-tamento das taxas de crescimento da popu-lação jovem.

Dessa forma, po-de-se constatar que o segmento composto pelas pessoas de 15 a 24 anos de idade, o qual vinha apresen-tando taxas de cres-cimento declinantes desde a década de 70, experimenta uma elevação, nos primei-ros anos da década de 90, comparativa-

mente à que foi observada no intervalo intercensitário anterior (3,4% entre 1960 e 1970, 3,1%, no período de 1970-1980, 1,2%, nos anos 80 e 1,7% no período de 1991-1996). De fato, isto ocorreu em consequência de o mesmo fenômeno ter sido detec-tado, de forma mais intensa, nos jovens de 15 a 19 anos de idade. As taxas de cresci-mento associadas a este grupo, cuja tendência de declínio se iniciara nos anos 70 (2,9% ao ano), alcançando um mínimo na década seguinte (0,9% ao ano), foram impulsionadas com tamanha intensidade ao ponto de atingir a cifra de 2,2% de cres-cimento médio anual, ao longo dos primeiros cinco anos dos anos 90. Já com os jovens de 20 a 24 anos esta retomada não é observada, estando suas respectivas taxas de crescimento em ritmo de diminuição paulatina, desde a década de 80, a exemplo do que ocorre com o grupo maior composto pelas pessoas de 25 a 64 anos de idade. Entretanto, para o período de 1996-2000, espera-se que o fenômeno obser-vado com os jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, se repita com os que formarão o grupo de 20 a 24 anos de idade.

Contudo, de acordo com a projeção da população brasileira consolidada pelo IBGE, o volume de jovens de 15 a 24 anos de idade permanecerá crescendo, muito embora com taxas declinantes já a partir de 2000-2005, chegando a alcançar valo-res negativos por volta de 2010, percorrendo o mesmo caminho seguido pelo grupo de 0 a 14 anos, com a devida defasagem temporal.

Gráfico 4 - Taxas médias geométricas de crescimento anual nos períodos intercensitários, por grupos de idade - Brasil - 1940/1996



Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.



Por fim, vale a pena mencionar que a idade mediana da população revelada pela Contagem Populacional 1996 resultou em 23,2 anos de idade, situando-se praticamente na extremidade do grupo de 15 a 24 anos.

Características diferenciais

Composição urbana e rural

A abordagem da dicotomia urbano-rural no Brasil deve ser antecedida de considerações acerca da subjetividade que permeia seu próprio conceito. Quer seja a situação de residência urbana, quer seja a de rural, as informações censitárias são resultado de decisões político-administrativas tomadas no âmbito das municipalidades. O problema adquire proporções maiores à luz das desenfreadas criações de municípios no País, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual delegou às Constituições Estaduais a tarefa de estabelecer as normas para a criação de um novo município. Como exemplo, pode-se citar que, em muitos casos, o núcleo urbano da pretensa municipalidade era, no município de origem, considerado como área rural. Por este motivo as análises que envolvem, sobretudo, a mobilidade rural-urbana ou vice-versa, merece certa dose de cautela.

Enfim, não se pode descartar integralmente a informação sobre a situação de residência, pois ela reflete em grande medida o indicador grau de urbanização de grandes aglomerados.

O Brasil, segundo os dados censitários, já possuía 67,6% de pessoas residindo em áreas consideradas urbanas, em 1980. Onze anos depois, o Censo Demográfico 1991 registrou um grau de urbanização superior a 75%, e a recente Contagem Populacional 1996 mostrou que este percentual superou os 78% (Tabela 5 e Gráfico 5).

**Tabela 5 - Proporção de população residente na zona urbana, segundo o sexo e os grupos de idade
Brasil - 1980/1996**

Grupos de idade	Proporção de população residente na zona urbana (%)		
	1980	1991	1996
Total	67,6	75,6	78,4
15 a 24 anos	69,8	75,7	78,7
15 a 19 anos	68,0	74,3	77,8
20 a 24 anos	72,0	77,3	79,7
Homens	66,4	74,3	77,1
15 a 24 anos	68,3	74,1	77,3
15 a 19 anos	66,3	72,5	76,4
20 a 24 anos	70,7	75,8	78,3
Mulheres	68,8	76,9	79,6
15 a 24 anos	71,2	77,4	80,1
15 a 19 anos	69,6	76,1	79,2
20 a 24 anos	73,2	78,8	81,1

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

No tocante à população de jovens de 15 a 24 anos de idade, observa-se que as proporções de residentes em áreas urbanas, de modo geral, são superiores às respectivas proporções para os totais masculino e feminino, em 1980, 1991 e 1996. Enquanto que 66,4% dos homens brasileiros residiam em áreas urbanas, em 1980, ao segmento específico de jovens de 15 a 24 anos correspondia uma proporção de 68,3%, destacando-se

aqueles jovens com idades entre 20 e 24 anos (70,7%). Em 1996, estas cifras resultaram em 77,1% para o sexo masculino como um todo, 77,3% relativo ao conjunto formado pelos que tinham entre 15 e 24 anos de idade, e 78,3% para os que estavam na faixa etária dos 20 a 24 anos.

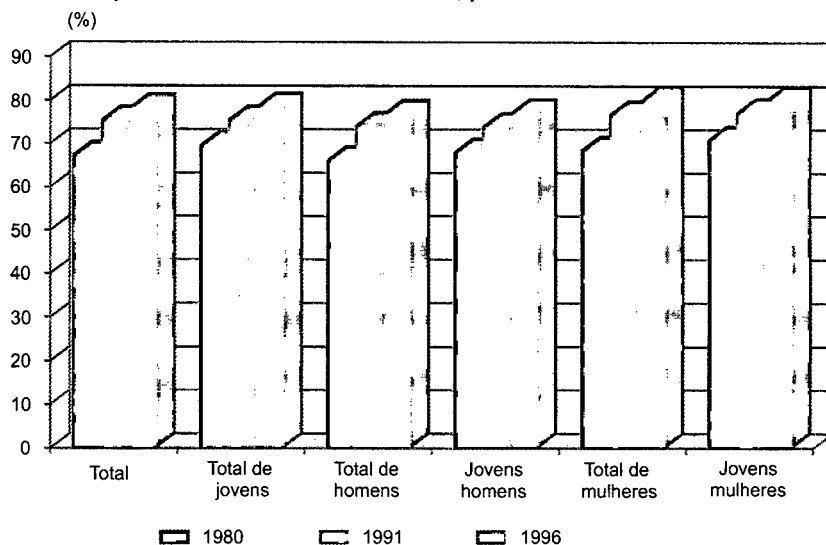
No caso feminino, são ainda mais elevadas as proporções de jovens residindo em áreas urbanas, tanto para o contingente de 15 a 24 anos como para o grupo particular das que possuíam 20 a 24 anos de idade.

Não cabe, neste momento, tecer comentários sobre as possíveis causas que determinam este fenômeno (migração seletiva feminina para centros urbanos, mortalidade, sobretudo por causas externas, incidindo com maior intensidade sobre o sexo masculino, entre outras), uma vez que estes aspectos serão abordados em outros capítulos deste documento.

Composição por sexo

As chamadas Razões de Sexos expressam o número de pessoas do sexo masculino para cada grupo de 100 mulheres em um determinado grupo populacional. Elas podem ser calculadas para o total da população, por faixas etárias, e inclusive com cruzamentos da variável sexo e variáveis socioeconômicas. Se seu valor é inferior a 100, isto significa que no universo estudado o contingente feminino supera o masculino. Esta situação se inverte quando o valor da razão é superior ao parâmetro referencial de igualdade.

Gráfico 5 - Proporção de população residente em áreas urbanas total e dos jovens de 15 a 24 anos de idade, por sexo - Brasil - 1980/1996



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.



Historicamente, os Censos Demográficos vêm enumerando mais mulheres do que homens, à exceção dos levantamentos realizados em 1940 e 1960, tendo em vista que os riscos de mortalidade incidem com maior intensidade sobre as pessoas do sexo masculino a partir de uma certa idade. Geralmente, é após 15 anos que se verifica o aumento da sobremortalidade masculina, particularmente nos contextos urbanos-metropolitanos. Nos jovens e nos adultos jovens este fenômeno está diretamente associado às mortes por causas externas.

A Tabela 6 e os Gráficos 6 e 7 demonstram, de início, que as razões de sexo correspondentes à população total apresentam valores abaixo de 100 desde 1970.

Tabela 6 - Razões de sexo da população total, segundo os grupos de idade
Brasil - 1940/1996

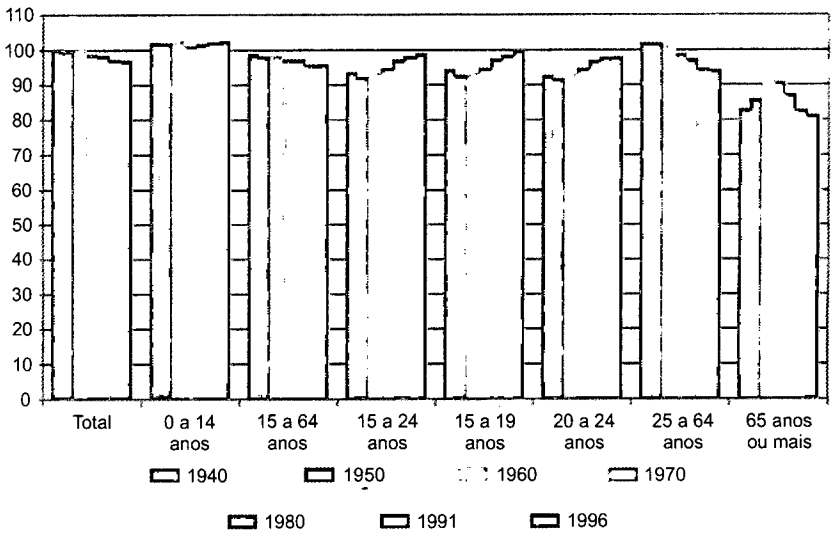
Grupos de idade	Razões de sexo da população total (%)						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Total	100,0	99,6	100,1	99,0	98,7	97,5	97,3
0 a 14 anos	102,3	102,1	102,7	101,4	101,9	102,4	102,7
15 a 64 anos	99,1	98,4	98,5	97,6	97,5	96,0	96,1
15 a 24 anos	93,8	92,3	93,4	95,0	97,4	98,4	99,2
15 a 19 anos	94,7	92,8	93,4	95,0	97,6	98,7	100,1
20 a 24 anos	92,8	91,8	93,3	95,0	97,2	98,0	98,2
25 a 64 anos	102,2	102,1	101,3	99,1	97,6	94,9	94,6
65 anos ou mais	83,3	85,9	93,7	90,9	87,5	83,1	81,6

Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro. IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

A Contagem Populacional 1996 registrou que existem no País 97 homens para cada grupo de 100 mulheres.

No que tange à população jovem, de modo geral, suas razões de sexo posicionam-se em patamares inferiores ao da média nacional, entretanto, com uma nítida tendência ascendente. A provável explicação para que este fato esteja ocorrendo – a razão de sexo do grupo

Gráfico 6 - Razões de sexo para o total da população e grupos etários específicos - Brasil - 1940/1996



Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

de 15 a 19 anos de idade já alcançou 100,1 – pode estar associada a uma paulatina melhoria da enumeração da população adulta jovem, ao longo dos sucessivos C e n s o s Demográficos.

Composição por cor

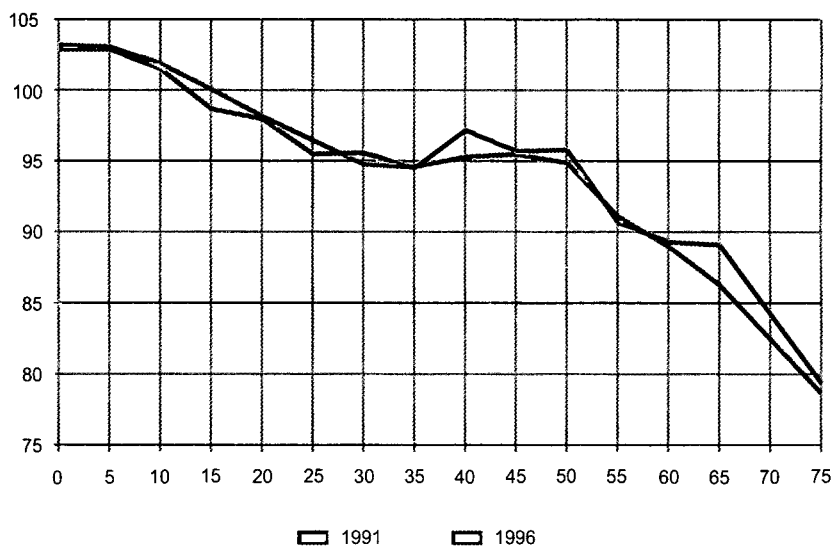
Neste tópico, que inclui a variável cor, foram reunidas as informações dos Censos de 1980 e de 1991. Dessa forma, fo-

ram classificadas como negras as pessoas de cor preta e parda, em 1991, embora o Censo Demográfico 1980 tenha incluído na categoria dos pardos a população indígena, fato que não chega a comprometer a comparabilidade entre os dois Censos, pois trata-se de um grupo populacional bastante residual, em comparação com os demais. As categorias relativas à cor das pessoas, contempladas nesta análise, são branca, negra (formada pelos pretos e pardos) e outras (que inclui os indígenas e os orientais).

De início, pode-se concluir, mediante um exame das pirâmides etárias que se seguem (Gráficos 8 e 9), que as mulheres negras contribuíram com maior peso para acelerar o ritmo do declínio da fecundidade geral na década de 80. Basta comparar as pirâmides etárias correspondentes às populações branca e negra. É bem verdade que o nível da fecundidade das mulheres brancas já era inferior ao das mulheres negras. Mas como estas representam uma parcela considerável do conjunto de mulheres em idade fértil, a queda acentuada da fecundidade das mulheres negras repercute no sentido de estreitar a pirâmide etária referente à população total. Nesta etapa não serão tecidos comentários exaustivos sobre esta temática, tendo em vista que ela será retomada em outros capítulos que enfoquem com mais detalhes a fecundidade feminina.

Vale a pena observar os indicadores ilustrados na Tabela 7. A idade mediana da população branca praticamente não se altera entre 1980 e 1991, girando em torno dos 20 anos. Contudo, a que se refere à população negra salta em quase cinco anos, passando de 15,76 anos, em 1980, para 20,13 anos, em 1991.

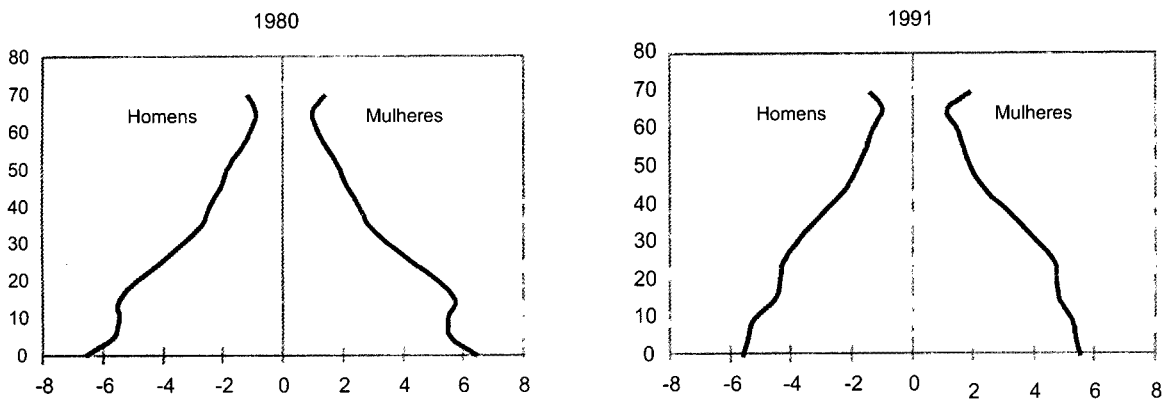
Gráfico 7 - Razões de sexo, por grupos de idade - Brasil - 1991/1996



Fontes: Censo demográfico 1991. Características gerais da população. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

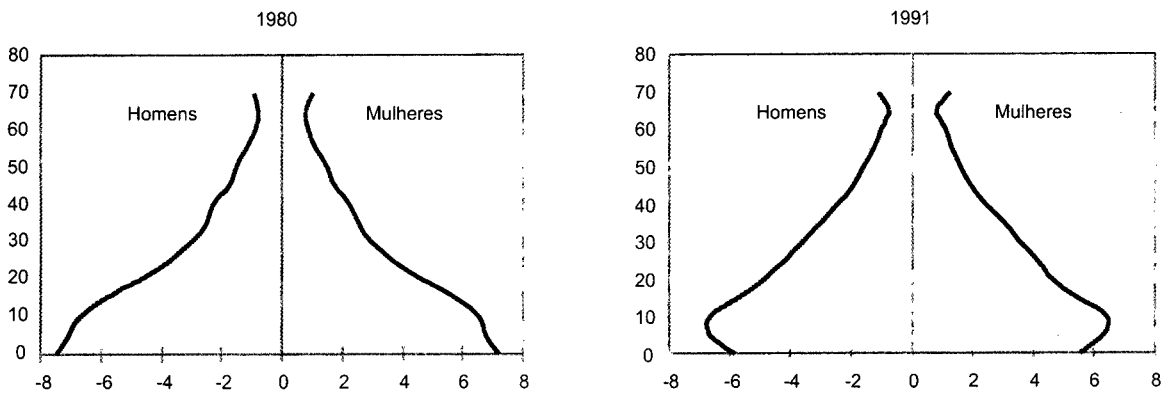


Gráfico 8 - Pirâmide etária população branca, por sexo no Brasil - 1980/1991



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996.

Gráfico 9 - Pirâmide etária população negra, por sexo no Brasil - 1980/1991



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996.

Tabela 7 - Indicadores demográficos em relação à população total, por cor - Brasil - 1980/1991

Indicadores demográficos	População total, por cor			
	Branca		Negra	
	1980	1991	1980	1991
Idade mediana	20,3	20,8	15,8	20,1
Proporção dos grandes grupos populacionais				
0 a 14 anos	35,3	32,3	41,9	37,4
15 a 64 anos	60,2	62,2	54,6	58,6
65 anos ou mais	4,4	5,5	3,5	4,0
Razão de dependência	66,0	60,8	83,0	70,6

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.

A razão de dependência de ambas as populações diminuem ao longo do período de 1980-1991, mas permanece extremamente desfavorável ao contingente de negros. Em 1991, este indicador resultou em 60,8 inativos (população de 0 a 14 anos

mais a de 65 anos ou mais) para cada 100 potencialmente ativos (população de 15 a 64 anos), correspondente ao conjunto de brancos, e em 70,6 para a população negra.

No que se refere à composição etária, evidencia-se claramente que a população branca é bem mais envelhecida que a negra.

De 1980 para 1991, a população branca reduz sua representação na população total do País, ao passar de 54,5% para 51,8%. Em contrapartida, ganha participação a população negra, cujos percentuais são 45,0% e 47,8%, respectivamente, em 1980 e 1991 (Tabela 8 e Gráfico 10). O mesmo sucede em todas as faixas etárias e, particularmente, no segmento de jovens de 15 a 24 anos as alterações na composição por cor da população são mais expressivas. Em 1980, os jovens brancos de 15 a 24 anos de idade correspondiam a 54,7% do conjunto de pessoas na mesma faixa etária e os negros contribuíam com 44,8%. Os resultados do Censo

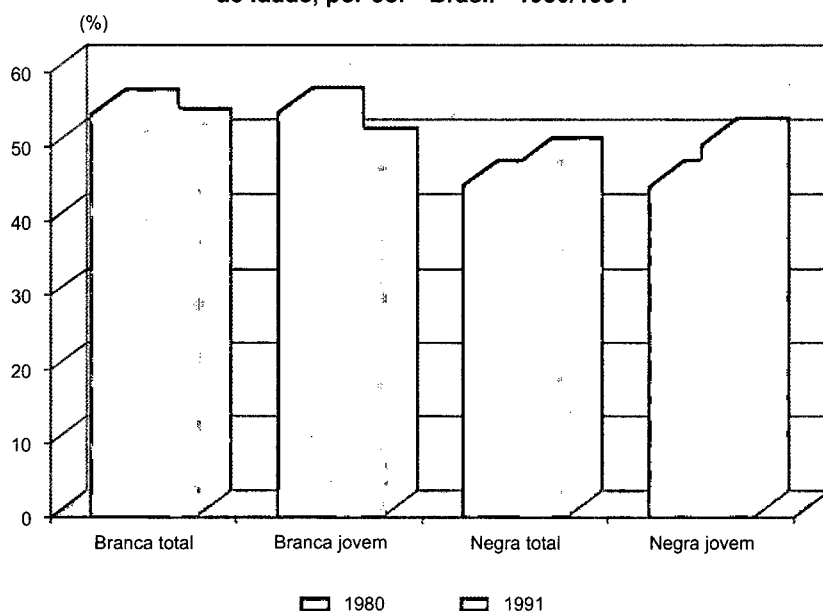
**Tabela 8 - Distribuição da população residente total, por cor, segundo os grupos de idade
Brasil - 1980/1991**

Grupos de idades	Distribuição da população residente total, por cor (%)					
	Branca		Negra		Outra	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	54,5	51,8	45,0	47,8	0,6	0,4
0 a 14 anos	50,4	48,2	49,3	51,5	0,4	0,3
15 a 64 anos	56,8	53,2	42,5	46,3	0,7	0,5
15 a 24 anos	54,7	49,2	44,8	50,5	0,5	0,3
15 a 19 anos	53,4	47,6	46,1	52,1	0,5	0,3
20 a 24 anos	56,2	51,0	43,2	48,7	0,5	0,3
25 a 64 anos	58,0	55,1	41,2	44,3	0,8	0,6
65 anos ou mais	60,1	59,3	39,1	39,9	0,8	0,8

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.

Demográfico 1991 mostraram que estes percentuais alteraram-se para 49,2% e 50,5%. É importante mencionar que o Censo Demográfico 1991 foi acompanhado por uma forte campanha por parte dos movimentos de conscientização da raça negra junto à sociedade. Estes valores podem estar refletindo que a campanha empreendida, em alguma medida, teve êxito.

Gráfico 10 - Proporção da população total e jovem de 15 a 24 anos de idade, por cor - Brasil - 1980/1991



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.



Este aumento na proporção de jovens negros de 15 a 24 resultou, em particular, da significativa elevação da participação dos negros de 15 a 19 anos, os quais eram 46,1%, em 1980, e 11 anos depois passaram a deter uma proporção de 52,1%. Em 1991, os jovens brancos de 15 a 19 anos de idade correspondiam a 47,6% do efetivo de jovens neste mesmo grupo etário.

Outro ponto que merece ser enfatizado refere-se ao maior crescimento médio anual, entre 1980 e 1991, da população negra de modo geral (2,5% ao ano), em relação à verificada para o total da população brasileira no mesmo período (1,9% ao ano). As taxas médias de crescimento geométrico anual do contingente negro são invariavelmente superiores às da população branca em todas as faixas etárias.

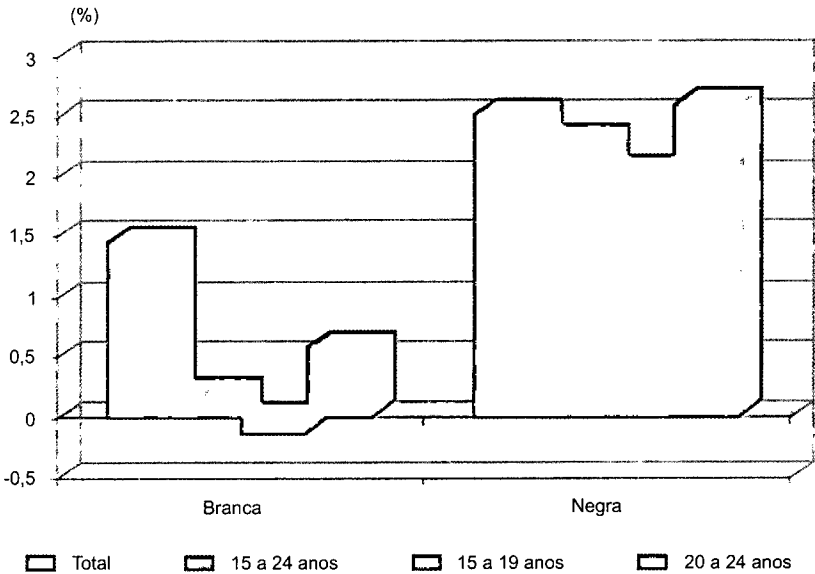
**Tabela 9 - Taxas médias geométricas de crescimento anual, por cor, segundo os grupos de idade
Brasil - período 1980/1991**

Grupos de idade	Taxas médias geométricas de crescimento anual, por cor (%)		
	Branca	Negra	Outra
Total	1,5	2,5	(-) 0,6
0 a 14 anos	0,7	1,5	(-) 1,7
15 a 64 anos	1,8	3,2	(-) 0,5
15 a 24 anos	0,2	2,3	(-) 2,5
15 a 19 anos	(-) 0,1	2,1	(-) 2,3
20 a 24 anos	0,6	2,6	(-) 2,8
25 a 64 anos	2,5	3,7	0,1
65 anos ou mais	3,5	3,8	2,9

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.

Enquanto os jovens brancos de 15 a 24 anos de idade cresceram a um ritmo de apenas 0,2% ao ano, os negros nesta idade incrementaram-se a uma taxa média para o período de 1980-1991 de 2,3% (Tabela 9 e o Gráfico 11). A taxa de crescimento mais elevada da população negra deve-se, provavelmente, não só a uma fecundidade mais alta associada a este grupo, como também aos efeitos diretos da miscigenação.

Gráfico 11 - Taxas médias geométricas de crescimento anual para os jovens brancos e negros - Brasil - 1980/1991



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996.

Neste caso, o destaque fica por conta dos jovens brancos, de 15 a 19 anos, os quais chegaram a deter taxa de crescimento negativa (-0,1%), ao passo que os jovens negros neste grupo de idade cresceram em média a uma taxa de 2,1%.

As razões de sexo da população negra difere em muito das correspondentes às pessoas que se declararam brancas, tendo o primeiro conjunto os homens como maioria, enquanto que no grupo de brancos ocorre o oposto (Tabela 10). Ao longo do período de 1980-1991, observa-se que as razões de sexo da população branca diminuem todas as faixas etárias, e na população negra estas razões tendem a aumentar. Particularmente no grupo de jovens negros de 15 a 24 anos de idade as razões de sexo passam da ordem 101, em 1980, para a casa dos 105, em 1991.

Tabela 10 - Razões de sexo da população, por cor, segundo os grupos de idade - Brasil - 1980/1991

Grupos de idade	Razões de sexo da população, por cor					
	Branca		Negra		Outra	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	96,3	93,2	101,8	102,3	104,7	101,2
0 a 14 anos	100,6	100,3	103,3	104,8	104,8	105,8
15 a 64 anos	94,8	91,3	101,3	101,6	104,9	100,6
15 a 24 anos	94,5	92,8	101,2	105,7	103,5	99,3
15 a 19 anos	94,9	93,7	101,0	105,7	102,4	101,7
20 a 24 anos	94,0	91,9	101,4	105,5	104,7	96,6
25 a 64 anos	95,0	90,6	101,3	99,5	105,4	101,0
65 anos ou mais	84,5	77,2	93,0	91,3	103,0	93,6

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.

Panorama regional

Evolução da população jovem

Nesta parte deste capítulo, serão abordados alguns aspectos da evolução da população jovem, destacando a dimensão regional como forma de apresentar os diferenciais dos indicadores selecionados. Particularmente, apenas ao grupo de 15 a 24 anos de idade as análises estarão dirigidas.

De início, pode-se verificar, através de um exame da Tabela 11 e do Gráfico 12, que os jovens residentes na Região Norte experimentaram os mais significati-

Tabela 11 - Taxas médias geométricas de crescimento anual de jovens de 15 a 24 anos de idade, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1980/1996

Grandes Regiões	Taxas médias geométricas de crescimento anual de jovens de 15 a 24 anos de idade (%)	
	1980/1991	1991/1996
Brasil	1,2	1,7
Norte	4,0	3,3
Nordeste	1,9	1,6
Sudeste	0,5	1,8
Sul	0,0	0,8
Centro-Oeste	2,6	2,2

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.



vos crescimentos médios anuais nos períodos de 1980-1991 e 1991-1996 (4,0% e 3,3%, respectivamente). Em seguida figura a Região Centro-Oeste, com taxas médias anuais de 2,6% e 2,2%, respectivamente, para os mesmos períodos.

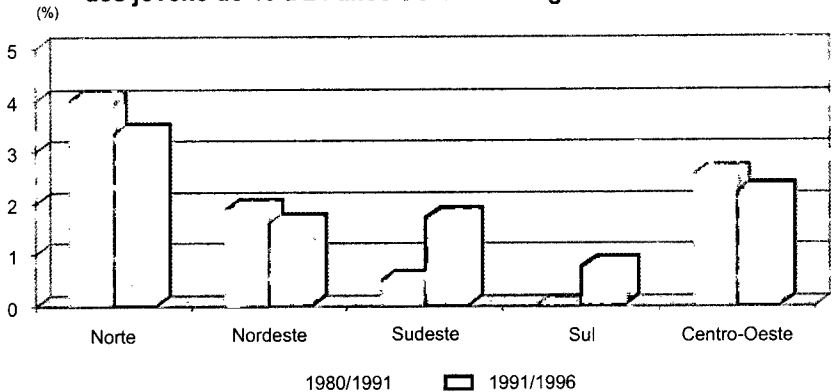
Este fenômeno pode ser explicado pelas grandes correntes migratórias que se dirigiram para estas Regiões ao longo do período observado.

Nas demais Regiões do País, os respectivos ritmos de crescimento foram menores, muito embora a Região Nordeste, no período de 1980-1991, tenha apresentado uma taxa superior (1,9%) à média nacional (1,2%). No quinquênio seguinte, a Região que apresenta tal característica é a Sudeste, com uma taxa de crescimento média anual de 1,8% contra 1,7% para o total do País.

É interessante observar, ainda, que, no período de 1991-1996, as Regiões Sudeste e Sul apresentam taxas de crescimento para a população jovem superiores às referentes ao período anterior.

Regionalmente, é interessante visualizar como estão distribuídos os jovens de 15 a 24 anos de idade. A Região Sudeste vem concentrando a maior parte destes jovens, porém esta participação vem sofrendo reduções paulatinas, como atestam os resultados ilustrados na Tabela 12 e no Gráfico 13. Os jovens residentes na Região

Gráfico 12 - Taxas médias geométricas de crescimento anual dos jovens de 15 a 24 anos - Grandes Regiões - 1980/1996



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 12 - Participação relativa dos jovens de 15 a 24 anos de idade em relação ao total do grupo na população total, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1980/1996

Grandes Regiões	Participação relativa dos jovens de 15 a 24 anos de idade em relação ao total do grupo na população total (%)					
	1980		1991		1996	
	Total	Jovens de 15 a 24 anos	Total	Jovens de 15 a 24 anos	Total	Jovens de 15 a 24 anos
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,6	5,4	6,8	7,3	7,2	7,8
Nordeste	29,3	27,8	28,9	30,0	28,5	29,9
Sudeste	43,5	44,3	42,7	41,2	42,7	41,3
Sul	16,0	16,6	15,1	14,6	15,0	14,0
Centro-Oeste	5,7	6,0	6,4	6,9	6,7	7,1

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Nordeste, em 1980, correspondiam a 27,8% do total de jovens no Brasil, mas no transcurso de 16 anos esta participação fica em torno de 30%.

Apesar de serem baixas as concentrações de jovens nas Regiões Norte e Centro-Oeste, foram nelas onde se verificaram os aumentos relativos mais importantes, devido sobretudo ao componente migratório, pois estas regiões caracterizaram-se, duran-

te o período analisado, como pólos de atração de migrantes. O Gráfico 13 ilustra a série histórica desde 1940, e como traço fundamental pode-se apontar que nestas regiões a representação dos jovens é sempre ascendente.

Por outro lado, no Nordeste, onde a participação da população jovem vinha reduzindo-se gradativamente, a partir de 1980 experimenta uma retomada que perdura até 1996, muito provavelmente em função de uma maior retenção de população combinado com um movimento migratório de retorno, uma vez que fenômeno inverso aparece na Região Sudeste que, tradicionalmente, recebe migrantes nordestinos.

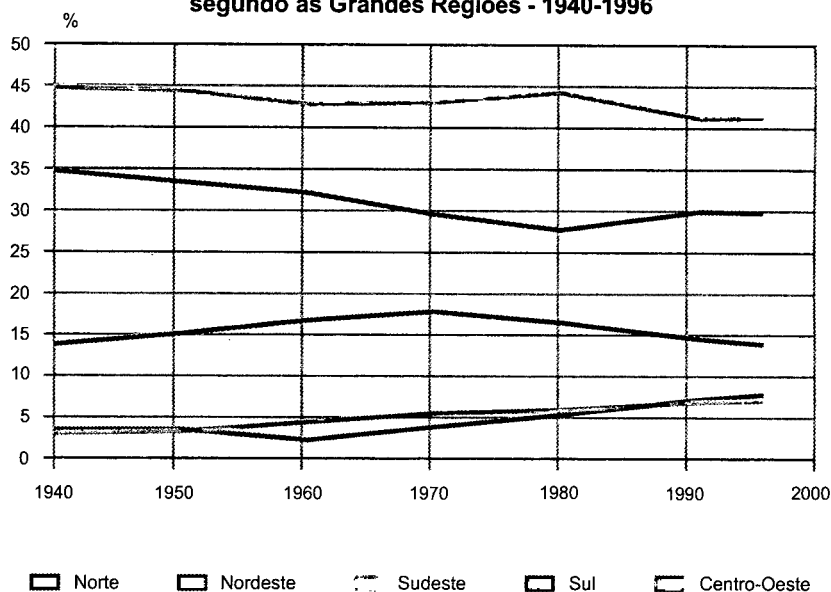
Na Região Sul, evidencia-se claramente a redução na participação dos jovens de 15 a 24 anos de idade, a partir de 1970, quando se dá início ao processo de deslocamento da mão-de-obra, sobretudo rural, rumo aos estados das Regiões Centro-Oeste e Norte.

Características diferenciais

Composição urbana e rural

O conjunto formado pelos jovens de 15 a 24 anos de idade, em sua maioria, reside em áreas urbanas das Grandes Regiões brasileiras. A tendência observada desde 1980 é claramente ascendente. A Região Sudeste, por exemplo, apresenta as maiores proporções de jovens residindo em contextos urbanos (83,1%, em 1980; 87,6%, em 1991, e 89,2%, em 1996), seguida de perto pela Região Centro-Oeste, com proporções superiores a 80% desde 1991 (Tabela 13 e Gráfico 14). Evidente-

Gráfico 13 - Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos de idade segundo as Grandes Regiões - 1940-1996



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.



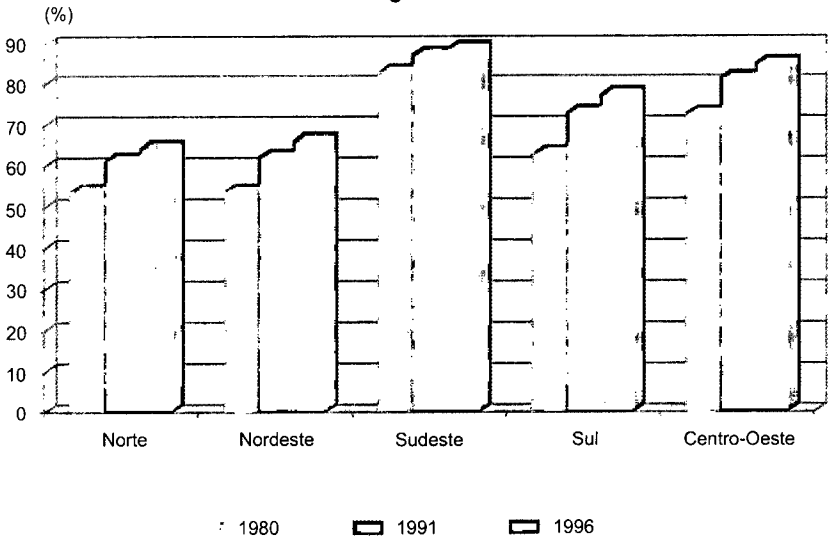
Tabela 13 - Proporção de população jovem de 15 a 24 anos de idade, residentes na zona urbana, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1980/1996

Grandes Regiões	Proporção de população jovem de 15 a 24 anos de idade, residentes na zona urbana (%)		
	1980	1991	1996
Brasil	69,8	75,7	78,7
Norte	54,1	61,5	64,6
Nordeste	54,1	62,6	66,6
Sudeste	83,1	87,6	89,2
Sul	63,1	73,3	77,9
Centro-Oeste	73,0	81,9	85,3

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

mente que por trás disso há, em alguma medida, o efeito do componente migratório. Os resultados do Censo Demográfico 1991 e os da Contagem Populacional 1996 demonstram que estas duas regiões continuaram a receber migrantes de outras Regiões, sendo o padrão poridade dos respectivos saldos migratórios (positivos) predominantemente jovem.

Gráfico 14 - Proporção de jovens residentes na zona urbana
Grandes Regiões - 1980/1996



Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1973; Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Por outro lado, as mais baixas proporções são evidenciadas nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente, 64,6% e 66,6%, em 1996. Vale mencionar que desde 1970 estas duas regiões vêm apresentando as menos expressivas proporções de população residindo em áreas urbanas.

Os sucessivos incrementos nas proporções de jovens em áreas urbanas da Região Sul sugerem que, neste caso, tenha ocorrido uma combinação da migração intra-regional, com o elevado número de municípios criados a partir de 1988. Esta foi a região vencedora no número de municípios criados e instalados - 440, perdendo apenas para a Região Nordeste com 413.

Composição por sexo

Examinando-se as razões de sexo da população jovem no interior das Grandes Regiões, ilustradas na Tabela 14, percebe-se, em primeiro lugar, que à exceção das correspondentes à Região Norte, em 1991 e 1996, e à Região Centro-Oeste, em 1996, todas as demais mostram o maior número de mulheres jovens em relação ao de homens jovens.

**Tabela 14 - Razões de sexo da população jovem de 15 a 24 anos de idade, segundo as Grandes Regiões
Brasil - 1980/1996**

Grandes Regiões	Razões de sexo da população jovem de 15 a 24 anos de idade		
	1980	1991	1996
Brasil	97,4	98,4	99,2
Norte	99,4	100,7	100,5
Nordeste	93,3	96,1	98,0
Sudeste	99,2	99,3	99,6
Sul	98,7	99,7	100,9
Centro-Oeste	98,0	97,5	97,9

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

A exemplo da tendência das razões de sexo do conjunto de jovens de 15 a 24 anos de idade em nível nacional, regionalmente este indicador apresenta uma evolução temporal crescente.

Composição por cor

A distribuição da população jovem por cor dentro das Grandes Regiões apresenta diferenciais regionais bastante acentuados, como se evidencia através da Tabela 15 e do Gráfico 15. Os jovens brancos constituem maioria na Região Sul (82,0%,

**Tabela 15 - Distribuição proporcional da população jovem de 15 a 24 anos de idade, por cor,
segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991**

Grandes Regiões	Distribuição proporcional da população jovem de 15 a 24 anos de idade, por cor (%)					
	Branca		Negra		Outra	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	54,5	51,8	45,0	47,8	0,6	0,4
Norte	21,3	22,5	78,5	77,4	0,2	0,1
Nordeste	26,9	25,6	73,0	74,2	0,1	0,2
Sudeste	65,4	60,1	33,8	39,3	0,8	0,6
Sul	84,5	82,0	15,0	17,7	0,4	0,3
Centro-Oeste	51,6	44,7	48,2	55,0	0,3	0,3

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.



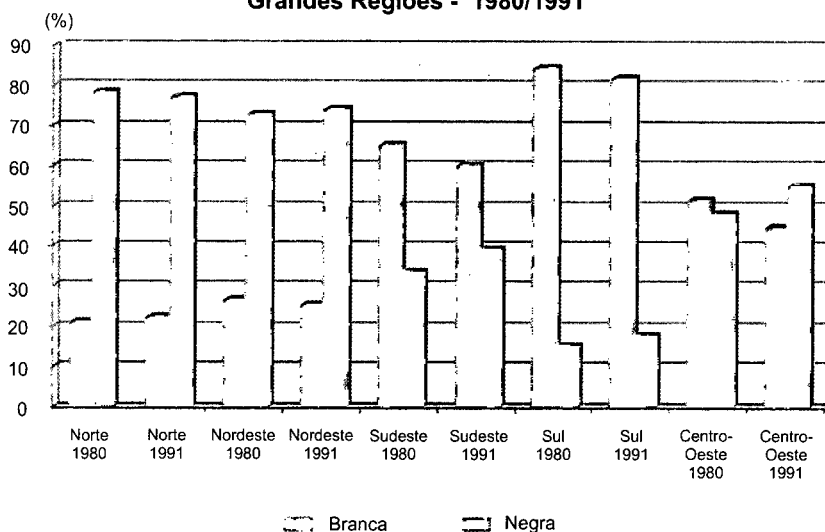
em 1991) devido ao próprio processo de colonização da região, calcado em uma imigração predominantemente européia. Os negros jovens representam apenas 17,7%. Em menor escala o mesmo ocorre na Região Sudeste, onde os brancos correspondem a 60,1% e os jovens negros a 39,3%.

Em contrapartida, a população negra jovem é maioria,

principalmente, nas Regiões Norte (77,4%) e Nordeste (74,2%), e na Região Centro-Oeste a proporção associada a este segmento é de 55%.

O mesmo comportamento de redução proporcional do contingente de jovens brancos no Brasil, no período de 1980-1991, verifica-se quando se analisa a informação em nível regional. A única exceção é a Região Norte que experimenta uma tímida redução no percentual de jovens negros no mesmo período.

**Gráfico 15 - Distribuição da população por cor
Grandes Regiões - 1980/1991**



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996.

Panorama metropolitano

Evolução da população jovem

A Contagem Populacional 1996 contabilizou 9 446 518 jovens de 15 a 24 anos de idade residentes nas regiões metropolitanas brasileiras, cifra esta que corresponde a 20,0% da população total das regiões metropolitanas. Em 1991, este percentual foi de 19,2%. O processo de desaceleração do ritmo de crescimento populacional das regiões metropolitanas, que vem sendo constatado desde o Censo Demográfico 1991, não parece estar ocorrendo no conjunto de pessoas jovens. De acordo com a Contagem Populacional 1996, a população total residente no conjunto das regiões metropolitanas brasileiras cresceu a um ritmo anual de 1,5%, ao passo que as taxas de crescimento da população jovem residente nas dez regiões metropolitanas, no mesmo período, foram, de modo geral, superiores a este valor (Tabela 16 e o Gráfico 16).

Tabela 16 - Taxas médias de crescimento anual da população jovem de 15 a 24 anos de idade, por situação do domicílio, segundo as Regiões Metropolitanas - Brasil - 1980/1996

Regiões Metropolitanas	Taxas médias de crescimento anual da população jovem de 15 a 24 anos de idade (%)			
	1980/1991	1991/1996		
	Total de jovens	Total de jovens	Situação do domicílio	
			Urbana	Rural
Total	0,8	2,3	2,4	2,2
Belém	2,4	2,4	0,5	6,5
Fortaleza	2,6	2,3	2,3	0,3
Recife	1,5	1,0	1,1	0,4
Salvador	2,6	3,1	3,0	7,0
Belo Horizonte	1,0	3,2	3,0	6,7
Vitória	...	3,4	3,5	(-) 1,0
Rio de Janeiro	(-) 0,4	1,1	1,1	0,2
São Paulo	0,6	2,5	2,2	13,2
Curitiba	2,1	3,8	3,9	3,4
Porto Alegre	0,6	2,5	2,3	6,5

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Vale mencionar que, embora Vitória tenha sido incluída no período de 1991-1996, as tendências gerais não se alteram, pois o crescimento global da população jovem metropolitana foi impulsionado basicamente pelo aumento verificado em regiões metropolitanas com maiores volumes populacionais.

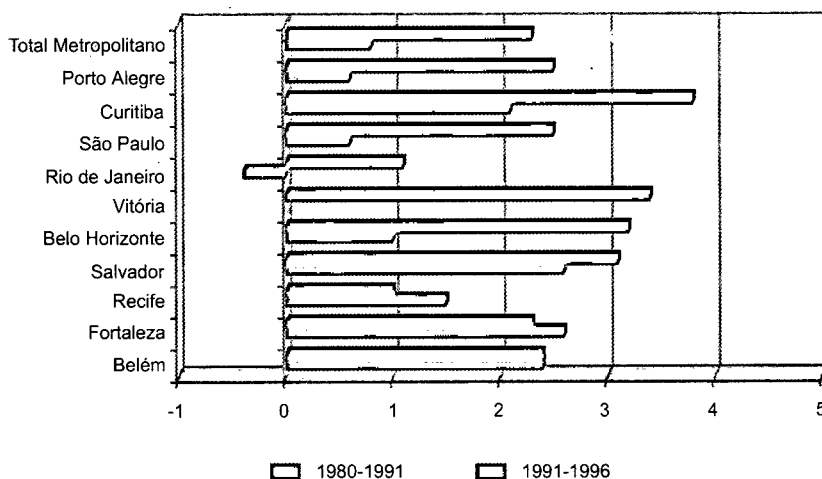
Com a exceção de Fortaleza e Recife, os jovens residentes em todas as outras regiões metropolitanas tiveram taxas de crescimento maiores no período de 1991-1996 do que as registradas para a década de 80.

Dentre todas as regiões metropolitanas, a de Recife e a do Rio de Janeiro revelaram as menores taxas para seus efetivos jovens (1,0% e 1,1%, respectivamente) nos primeiros cinco anos da década de 90.

Quanto às áreas urbanas das regiões metropolitanas, Curitiba destaca-se com a mais alta taxa de crescimento para sua população jovem, seguida de Vitória.

Chama a atenção as elevadas taxas de crescimento do grupo de jovens residentes em áreas rurais das Regiões Metropolitanas de Belém, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, fenômeno que sugere a ocorrência de deslocamentos

Gráfico 16 - Regiões Metropolitanas: taxas médias geométricas de crescimento da população jovem: 1980-1991 e 1991-1996



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.



dos núcleos metropolitanos para suas respectivas periferias, no quinquênio 1991-1996. Mas este é um traço da distribuição espacial da população jovem que merece ser analisado com maiores elementos.

Houve nesses aglomerados metropolitanos, no período de 1991-1996, um incremento de 994 317 pessoas jovens (Tabela 17). Somente as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, em conjunto, concentraram 49,4% deste crescimento. Em termos relativos, o destaque é para a Região Metropolitana de Curitiba, cujo incremento de sua população jovem alcançou 20,2%.

Tabela 17 - Crescimento absoluto e relativo da população jovem de 15 a 24 anos de idade, segundo as Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991/1996

Regiões Metropolitanas	Crescimento da população jovem de 15 a 24 anos de idade	
	Absoluto	Relativo (%)
Total	994 317	11,8
Belém	38 934	12,5
Fortaleza	56 417	11,6
Recife	32 672	5,2
Salvador	88 423	16,4
Belo Horizonte	115 253	16,9
Vitória	37 086	17,7
Rio de Janeiro	99 252	5,7
São Paulo	376 183	13,0
Curitiba	82 966	20,2
Porto Alegre	67 131	12,7

Fontes: Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Os percentuais de população jovem em relação ao total de jovens dos respectivos estados elevaram-se ligeiramente na maioria das regiões metropolitanas, ocorrendo o mesmo com a proporção de jovens residentes em cada região metropolitana no conjunto dos jovens metropolitanos, como ilustra a Tabela 18. Neste caso, destacam-se as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, com as mais expressivas proporções em 1996 (34,7% e 19,6%, respectivamente), e a de Vitória, com a mais baixa (2,6%).

Tabela 18 - Proporção de população jovem das Regiões Metropolitanas em relação ao mesmo grupo em sua respectiva Unidade da Federação e distribuição relativa em relação ao conjunto metropolitano Brasil - 1991/1996

Regiões Metropolitanas	Proporção da população jovem (%)			
	Total da Unidade da Federação		Total da Região Metropolitana	
	1991	1996	1991	1996
Total	39,8	41,1	100,0	100,0
Belém	30,5	29,7	3,7	3,7
Fortaleza	38,7	40,5	5,8	5,7
Recife	43,1	43,1	7,4	7,0
Salvador	22,3	23,4	6,4	6,6
Belo Horizonte	22,3	24,4	8,1	8,4
Vitória	41,1	43,7	2,5	2,6
Rio de Janeiro	76,2	76,2	20,8	19,6
São Paulo	49,1	49,9	34,3	34,7
Curitiba	24,2	28,3	4,9	5,2
Porto Alegre	33,3	35,6	6,3	6,3

Fontes: Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Características diferenciais

Composição urbana e rural

O contexto metropolitano é, por si só, altamente urbanizado. A Contagem Populacional 1996 revelou, particularmente, para a Região Metropolitana de Belém, um acentuado declínio no percentual de jovens urbano-metropolitanos, cujas cifras passaram de 70,2%, em 1991, para 63,8%, em 1996 (Tabela 19). Aliás, esta é a única região metropolitana que apresenta uma proporção de jovens urbano-metropolitanos inferior a 90%. Nas demais regiões, as reduções observadas foram de pequena intensidade, porém repercutiram no total metropolitano, que experimentou uma diminuição de 0,9 ponto percentual entre 1991 e 1996 (96,1% e 95,2%, respectivamente).

Tabela 19 - Proporção de população jovem de 15 a 24 anos de idade, residente na zona urbana, segundo as Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991/1996

Regiões Metropolitanas	Proporção de população jovem de 15 a 24 anos de idade, residente na zona urbana (%)	
	1991	1996
Total	96,1	95,2
Belém	70,2	63,8
Fortaleza	97,6	97,8
Recife	94,3	94,5
Salvador	97,1	96,5
Belo Horizonte	94,8	93,9
Vitória	98,1	98,5
Rio de Janeiro	99,1	99,1
São Paulo	97,8	96,4
Curitiba	91,6	91,8
Porto Alegre	96,3	95,5

Fontes: Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Composição por sexo

Segundo os resultados da Contagem Populacional 1996, as razões de sexo correspondentes à população de 15 a 24 anos de idade nas regiões metropolitanas são da ordem de 96 homens jovens para cada 100 mulheres jovens, valor este ligeiramente superior ao verificado cinco anos antes (95,1).

Os dados mostram, ainda, que, excetuando-se a Região Metropolitana de São Paulo, estaria ocorrendo nos demais contextos metropolitanos uma paulatina elevação proporcional no número de jovens do sexo masculino em relação ao segmento feminino, muito embora a primazia absoluta continue permanecendo entre as jovens do sexo feminino (Tabela 20).



**Tabela 20 - Razões de sexo da população jovem de 15 a 24 anos de idade, segundo as Regiões Metropolitanas
Brasil - 1991/1996**

Regiões Metropolitanas	Razões de sexo da população jovem de 15 a 24 anos de idade	
	1991	1996
Total	95,1	96,1
Belém	87,2	88,2
Fortaleza	85,5	89,3
Recife	93,7	95,7
Salvador	88,5	91,0
Belo Horizonte	95,6	97,3
Vitória	93,5	96,3
Rio de Janeiro	97,0	97,6
São Paulo	97,3	96,9
Curitiba	96,9	98,7
Porto Alegre	98,4	100,0

Fontes: Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Composição por cor

No conjunto das regiões metropolitanas, a distribuição por cor da população jovem mostra uma maior proporção de pessoas que se declararam como de cor branca, entretanto esta proporção diminui ao longo do período de 1980-1991 (58,6% e 53,0%, respectivamente). As regiões metropolitanas que pertencem aos estados da Região Norte e Nordeste possuem as mesmas características da composição por cor das Grandes Regiões, isto é, proporções elevadas de negros, sendo o oposto das Regiões Sudeste e Sul. A proporção máxima de jovens brancos é observada na Região Metropolitana de Porto Alegre (85,4%, em 1996) e a mínima de 16,6% na Região Metropolitana de Salvador.

Também é válido para os contextos metropolitanos que a provável melhoria na qualidade da declaração da cor, combinada com uma continuada miscigena-

**Tabela 21 - Proporção de população jovem de 15 a 24 anos de idade, por cor,
segundo as Regiões Metropolitanas - Brasil - 1980/1991**

Regiões Metropolitanas	Proporção de população jovem de 15 a 24 anos de idade (%)					
	Branca		Negra		Outra	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	58,6	53,0	40,6	46,4	0,9	0,6
Belém	25,1	24,6	74,7	75,2	0,2	0,2
Fortaleza	29,9	29,2	70,1	70,7	0,1	0,1
Recife	35,7	31,8	64,2	68,1	0,1	0,1
Salvador	21,6	16,6	78,3	83,3	0,1	0,1
Belo Horizonte	53,5	42,0	46,4	58,0	0,1	0,1
Rio de Janeiro	57,1	50,0	42,8	49,9	0,1	0,1
São Paulo	69,3	65,9	28,5	32,7	2,2	1,4
Curitiba	84,2	80,6	15,1	18,7	0,7	0,7
Porto Alegre	85,7	85,4	14,2	14,5	0,1	0,1

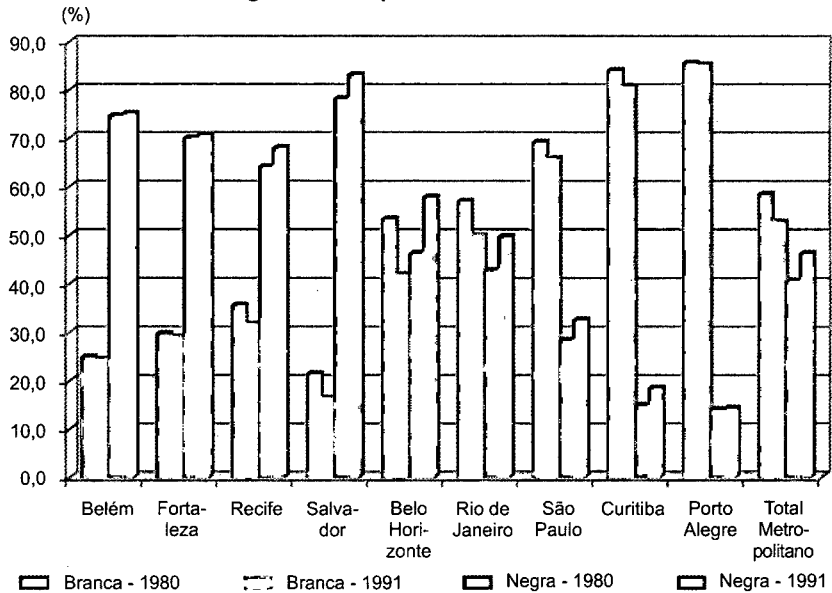
Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.

ção entre pessoas jovens, justifique as sistemáticas elevações nos percentuais de jovens negros metropolitanos, como demonstram os percentuais ilustrados na Tabela 21 e no Gráfico 17.

O ritmo de crescimento da população jovem, seja ela branca ou negra, é menos acelerado que o do total das respectivas populações no conjunto metropolitano. No caso particular dos jovens brancos verificou-se perda

populacional, em decorrência das taxas de crescimento negativas registradas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e Belo Horizonte no período de 1980-1991 (Tabela 22 e Gráfico 18). Da mesma forma como se observa para os efetivos totais brancos e negros, as taxas de crescimento dos jovens negros, em todas as regiões metropolitanas, são invariavelmente superiores às correspondentes ao segmento jo-

Gráfico 17 - Proporção de jovens de 15 a 24 anos de idade, por cor Regiões Metropolitanas - 1980/1991



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996.

Tabela 22 - Taxas médias geométricas de crescimento anual para as populações total e jovem de 15 a 24 anos de idade, por cor, segundo as Regiões Metropolitanas - Brasil - período 1980/1991

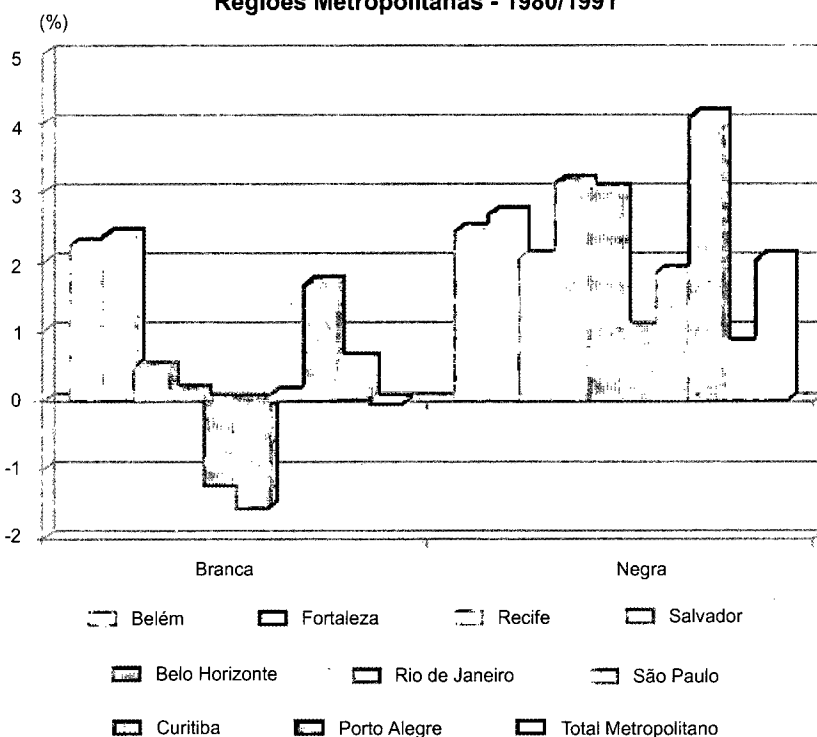
Regiões Metropolitanas	Taxas médias geométricas de crescimento anual para a população (%)					
	Branca		Negra		Outra	
	Total	Jovens de 15 a 24 anos	Total	Jovens de 15 a 24 anos	Total	Jovens de 15 a 24 anos
Total	1,3	(-) 0,1	3,0	2,1	(-) 0,7	(-) 2,5
Belém	2,7	2,3	2,7	2,5	1,3	0,5
Fortaleza	3,9	2,4	3,4	2,7	3,7	1,3
Recife	1,3	0,5	2,2	2,1	5,7	6,0
Salvador	1,6	0,1	3,7	3,2	3,5	4,3
Belo Horizonte	0,9	(-) 1,2	4,2	3,0	3,1	3,6
Rio de Janeiro	0,1	(-) 1,6	2,3	1,0	3,1	4,9
São Paulo	1,5	0,1	2,9	1,9	(-) 0,9	(-) 3,2
Curitiba	2,8	1,7	4,5	4,1	3,9	1,1
Porto Alegre	2,7	0,6	2,4	0,8	1,0	(-) 0,6

Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.



vem de cor branca. Contudo, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi a que apresentou a menor taxa de crescimento para os jovens negros (1,0% ao ano). Já a maior taxa de crescimento dos jovens negros foi detectada no contexto metropolitano de Curitiba (4,1% ao ano), no período de 1980-1991, acompanhando o comportamento da taxa referida à sua população total (4,5% ao ano).

Gráfico 18 - Taxas médias geométricas de crescimento anual para os jovens de 15 a 24 anos de idade, por cor
Regiões Metropolitanas - 1980/1991



Fontes: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v.1, t. 4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n.1, 1996.

Considerações finais

As tendências demográficas da população jovem no Brasil demonstram traços importantes que merecem ser sintetizados. Inicialmente, em nível nacional, verifica-se que este contingente populacional, muito embora venha incrementando-se em termos absolutos, seu ritmo de crescimento vem experimentando uma desaceleração desde 1970. Entre 1991 e 1996 a taxa de crescimento do grupo formado pelos jovens de 15 a 24 anos eleva-se em relação ao período anterior, como consequência do efeito das estruturas etárias passadas.

É importante destacar que as proporções de jovens do sexo feminino residindo em áreas urbanas são invariavelmente superiores às correspondentes ao sexo masculino.

A série histórica analisada mostra que as razões de sexo para a população jovem refletem uma maioria feminina, com uma tendência de aumento de seus valores ao longo do tempo.

O recorte da população, segundo a variável cor, permitiu constatar que foram as mulheres negras que mais colaboraram para acelerar o declínio da fecundidade na década de 80. Com a perda do peso relativo das crianças negras na população negra total, a idade mediana deste grupo elevou-se significativamente.

Os jovens negros, em especial, passam a representar, em 1991, mais de 50% do grupo de jovens, sucedendo o inverso com os jovens brancos. E são os negros que

experimentam as mais expressivas taxas de crescimento no período de 1980-1991, ao passo que os jovens brancos chegam até a sofrer redução em valor absoluto, como no caso dos que estavam na faixa etária dos 15 a 19 anos de idade.

No grupo dos jovens negros os homens são maioria, e os dados mostram aumentos nas razões de sexo no período de 1980-1991. Por outro lado, acontece o oposto no conjunto formado pelos jovens brancos.

Regionalmente, merece destaque o fato de que a população jovem (grupo de 15 a 24 anos de idade) experimentou uma retomada em seu ritmo de crescimento nas Regiões Sudeste e Sul entre os períodos de 1980-1991 e 1991-1996, o suficiente para repercutir no nível nacional.

A distribuição dos jovens pelas Grandes Regiões brasileiras mostrou que a Região Sudeste perdeu representatividade entre 1980 e 1996, enquanto que a Nordeste galgou percentuais, em função de uma provável retenção de migrantes potenciais aliada a uma migração de retorno proveniente sobretudo do Sudeste.

Com relação à situação de residência da população jovem, a Região Sudeste historicamente apresenta as maiores proporções de jovens residindo em áreas urbanas, seguida da Região Centro-Oeste. Mas a tendência geral de evolução é de aumento nestas proporções em todas as Grandes Regiões.

As razões de sexo para a população jovem nas Grandes Regiões seguem o comportamento nacional de predomínio feminino, com indicativos que apontam para um equilíbrio entre os sexos.

A exemplo do ocorrido no total do País, entre 1980 e 1991, os jovens negros adquirem maior participação junto ao grupo total. A única exceção é a Região Norte que experimentou uma tímida redução no percentual de jovens negros. Em contrapartida, nesta região, na Nordeste e na Centro-Oeste, este grupo constitui maioria.

No contexto metropolitano, vale ressaltar que, com a exceção de Fortaleza e Recife, os jovens residentes nas demais regiões metropolitanas tiveram taxas de crescimento, no período de 1991-1996, superiores às registradas na década de 80. Curitiba deteve a mais elevada taxa de crescimento para sua população jovem residente nos núcleos urbanos. Por outro lado, São Paulo experimentou um expressivo crescimento relativo de seu contingente jovem rural. Não obstante, em termos absolutos este crescimento foi pouco significativo.

Os percentuais de população jovem em relação ao total de jovens dos respectivos estados elevaram-se ligeiramente na maioria das regiões metropolitanas, ocorrendo o mesmo com a proporção de jovens residentes em cada região metropolitana no conjunto dos jovens metropolitanos. Destacam-se as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, com as mais expressivas proporções em 1996, e a de Vitória, com a mais baixa.

As informações mais recentes atestam que estaria ocorrendo nas regiões metropolitanas uma elevação proporcional no número de jovens do sexo masculino em relação ao contingente feminino, embora prevaleça a primazia feminina em termos absolutos.

Por último, cabe enfatizar que os ganhos na representação do grupo de jovens negros no conjunto total de jovens são verificados em todas as regiões metropolitanas. As taxas de crescimento da população formada pelos jovens negros são mais elevadas que as correspondentes aos brancos. Sobre este aspecto, jovens brancos com idades entre 15 e 24 anos chegam a apresentar taxas de crescimento negativas nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

O perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos: características diferenciais e desafios

Introdução

Os jovens de 15 a 24 anos constituem um grupo populacional de grande importância e sua função na sociedade, em termos sociais, políticos e culturais, é muito significativa. Em 1995, este grupo somava 28,8 milhões de pessoas, de acordo com a PNAD¹, representando em torno de 20% da população total do País. Os grupos etários 15/17, 18/19 e 20/24 anos têm significados sociológicos afins embora apresentem características próprias. A opção, neste estudo, de considerar como jovens pessoas dessa faixa etária foi determinada por certas características clássicas entre as quais destacamos algumas. Do ponto de vista educacional, as pessoas nesta faixa etária já teriam condição de ter terminado ao menos o curso fundamental e poderiam ter ingressado no mercado de trabalho de acordo com a legislação vigente. Em relação às mulheres, 15 anos é o marco do início da fertilidade. Por outro lado, esta definição de juventude pela faixa etária de 15 a 24 anos pode ser considerada ambígua. Souto de Oliveira (1998)² argumenta que a questão do jovem é muito complexa desde a própria definição do termo jovem. Discute estes limites etários na medida em que se toma como jovem no Brasil, por exemplo, o grupo de 12 a 21 anos. Neste caso,

¹ A PNAD é a mais abrangente fonte de informações anuais sobre a realidade socioeconômica do País. São investigados cerca de 100 000 domicílios excluindo somente os localizados na área rural da Região Norte. A amostra é selecionada em três estágios sucessivos: municípios, setores e unidades domiciliares. A fração de amostragem varia de 1/150 a 1/750. Para uma estimativa entre 10 e 20 milhões de pessoas, o coeficiente de variação é de 1,0 a 0,7. No caso deste estudo, trabalha-se com um universo de 14,4 milhões de jovens do sexo feminino entre 15 e 24 anos. Para maiores detalhes, consultar a metodologia da PNAD.

² Palestra proferida em 08/09/98 na ENCE, RJ, resultados iniciais da tese de doutoramento.

existem, pelo menos, cinco marcos conceituais: para o trabalho, a idade mínima de ingresso permitida pela Constituição é de 14 anos. Porém, aos 12 anos, é aceitável o trabalho na condição de aprendiz. Para votar, basta ter 16 anos, mas a maioridade penal se inicia aos 18 e apenas aos 21 anos, a maioridade civil.

Segundo Bercovich (Indicadores sociais : uma análise da década de 1980, 1995, p. 46), o grupo de jovens brasileiros - homens e mulheres - tem apresentado características peculiares quanto ao seu crescimento demográfico nas últimas décadas. Entre 1965 e 1980, este grupo cresceu significativamente em termos quantitativos em função das altas taxas de natalidade observadas em 40, 50 e 60. Verificou-se, do ponto de vista demográfico, a existência de períodos caracterizados por uma "onda jovem". Já na década de 80, o crescimento foi baixo, resultado da redução das taxas de fecundidade verificadas a partir de 1960. Entre 1990 e 1995, pode-se dizer que houve um revigoramento desta "onda jovem" em função de que as jovens nascidas naquele período (1965 a 1980) mantiveram elevadas taxas de natalidade (independente da redução da fecundidade), resultando em um novo momento de crescimento deste segmento populacional. Bercovich (op.cit., 1995) chama atenção para as implicações deste fenômeno que traz à tona questões fundamentais em relação às necessidades de emprego, especialização educacional, cultura, lazer e comportamento, exigindo das esferas públicas a implantação de políticas sociais específicas.

Na perspectiva de conhecer melhor as características deste grupo, este trabalho tem como proposta analisar dados sociodemográficos produzidos principalmente pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, de 1995, de modo a contribuir com subsídios para políticas públicas, sobretudo na área de educação e trabalho.

A propósito, a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD - desenvolveu recentemente um estudo que cobre vários aspectos das condições de vida da população jovem desde saúde até questões relativas à violência e cultura.

Esta iniciativa reforçou a importância da compreensão da questão específica dos jovens. Por outro lado, as Nações Unidas na presente década têm, através das várias conferências internacionais, destacado a necessidade de se ter informações organizadas por grupos etários, gênero, etnia e outras especificações, além de recomendar às instituições governamentais dos países em desenvolvimento implementação de estudos desta natureza.

Nesse sentido, o presente trabalho privilegia a questão específica da mulher jovem. Além desta introdução, está dividido em duas seções. Com objetivo de traçar um breve perfil deste grupo populacional, na primeira, são apresentados e discutidos os principais indicadores de educação e trabalho, além de alguns aspectos de fecundidade e nupcialidade. Na segunda, são tratados os diferenciais entre jovens do sexo feminino e masculino no tocante à educação e trabalho e, para finalizar, apontam-se algumas necessidades de políticas específicas em relação à mulher jovem.



Na verdade, a função deste texto, é, ainda, de um diagnóstico preliminar, baseado em dados quantitativos, que levante a discussão sobre a jovem. Certamente, dada a complexidade e a variedade de questões, um diagnóstico definitivo mereceria uma análise empírica mais profunda que levasse em consideração, por exemplo, a associação da idade a um conjunto de variáveis como estar na escola, ter filhos, estar casada ou separada ou ter um emprego.

Principais características

O grupo de jovens mulheres entre 15 e 24 anos, em 1995, girava em torno de 14,3 milhões. A grande maioria, 11,6 milhões de mulheres, vivia nas cidades brasileiras e 2,7 viviam no campo. Nesta faixa de idade, a proporção de homens era, ainda, ligeiramente superior à de mulheres em função da maior proporção de nascimentos do sexo masculino. Posteriormente, esta proporção declina face às taxas mais elevadas de mortalidade masculina.

Mais da metade das mulheres jovens, 52%, estava inserida no mercado de trabalho. Os indicadores mais importantes sobre trabalho serão tratados mais adiante.

Filhos e estado civil

No conjunto do País, quase um terço das mulheres (27,4%) entre 15 e 24 anos já teve filhos (Tabela 1), e naturalmente, é mais elevada a proporção de mulheres do subgrupo de 20 a 24 anos que tiveram filhos, 45,1%. Outra informação decorrente é que 13,8% das mulheres deste mesmo subgrupo já tiveram, pelo menos, dois filhos.

Ao analisar estes resultados para as Grandes Regiões, percebe-se que o Sudeste apresenta a proporção mais baixa de mulheres que tiveram filhos em todos os subgrupos etários e o menor número de filhos, fato que não causa surpresa dado que esta região, tradicionalmente, apresenta as menores taxas de fecundidade.

Na interpretação de Oliveira e Albuquerque (1996)⁵, paralelamente ao declínio dos níveis gerais da fecundidade, houve uma mudança em seu padrão etário. Em 1970, esse padrão era tardio, de certa forma mantendo-se assim até 1980. A partir daí, a estrutura por idade da fecundidade passa a adquirir um padrão jovem com um expressivo aumento da fecundidade das adolescentes e jovens brasileiras, ao mesmo tempo em que se verifica uma redução nas taxas de fecundidade das mulheres com mais idade.

Os dados sobre o estado civil da mulher brasileira do Registro Civil³ apontavam, em 1984, que a idade média da mulher ao casar era 24,1 anos. Segundo Oliveira e Albuquerque⁴ o número de casamentos registrados, em cartório, no período de 1984 a 1994, atingiu o máximo de 1 007 474 em 1986. A partir daí, os matrimônios legais declinaram atingindo, em 1994, apenas 763 129 mil. Outro fenômeno ocorrido neste mesmo período foi o incremento significativo de separações conjugais: de 63 691 em 1984 para 86 001 em 1994. A análise destes dados mostra uma tendência de mudança de comportamento nos anos 90 em relação ao padrão brasileiro de organização familiar das décadas de 70 e 80.

3 O Registro Civil recolhe todos os dados sobre nascimentos, óbitos, casamentos, separações conjugais, divórcios e desquites registrados em cartório.

4 O estudo não publicado realizado por Oliveira, Juarez de Castro e Albuquerque, Fernando Roberto, "Brasil: Estrutura etária, nupcialidade, fecundidade e mortalidade em setembro de 1996, a partir dos dados do Censo Demográfico 1991, PNADs 92, 93, 95 e as Estatísticas Vitais" traz uma série de informações sobre aspectos importantes de fecundidade da população jovem além de outros sobre o conjunto da população.



Tabela 1 - Proporção de mulheres de 15 a 24 anos de idade, por número de filhos, segundo as Grandes Regiões e grupos de idade - Brasil - 1995

Grandes Regiões e grupos de idade	Proporção de mulheres de 15 a 24 anos de idade, por número de filhos (%)			
	Total	1	2	3
Brasil				
15 a 24 anos	27,4	16,5	7,4	2,5
15 a 17 anos	7,2	6,3	0,8	0,1
18 e 19 anos	21,8	16,2	4,6	0,8
20 a 24 anos	45,1	24,3	13,5	5,0
Norte				
15 a 24 anos	31,8	16,9	8,4	4,4
15 a 17 anos	10,4	9,3	1,0	0,2
18 e 19 anos	27,0	18,0	6,2	2,3
20 a 24 anos	51,9	22,6	15,7	9,0
Nordeste				
15 a 24 anos	29,2	15,4	8,3	3,5
15 a 17 anos	8,1	6,6	1,3	0,2
18 e 19 anos	24,2	16,1	6,7	1,1
20 a 24 anos	49,0	22,4	15,0	7,4
Sudeste				
15 a 24 anos	23,7	15,4	6,0	1,7
15 a 17 anos	5,7	5,2	0,5	0,0
18 e 19 anos	17,9	13,9	3,3	0,5
20 a 24 anos	39,2	23,5	11,3	3,4
Sul				
15 a 24 anos	30,4	21,2	7,0	1,7
15 a 17 anos	7,8	7,1	0,7	0,0
18 e 19 anos	23,8	19,9	2,9	1,0
20 a 24 anos	48,6	31,4	13,0	3,2
Centro-Oeste				
15 a 24 anos	33,0	18,1	11,2	2,8
15 a 17 anos	8,6	7,5	1,1	0,0
18 e 19 anos	26,9	21,1	5,4	0,3
20 a 24 anos	51,9	24,0	20,4	5,8

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

É interessante, também, observar os dados sobre o estado civil das jovens através da PNAD (Tabela 2). A maioria é solteira, 67,9% sendo que no Sudeste onde pode ser verificada a maior proporção (72,4%) de solteiras entre as regiões. No subgrupo etário de 20 a 24 anos, 44,4% das jovens mulheres brasileiras eram casadas.

Cabe notar que a Região Sul seguida pela Centro-Oeste são as que apresentam as maiores proporções de mulheres jovens casadas nos três subgrupos etários. Aliás, Simões e Cardoso (1997)⁵ apontam a Região Sul como a mais conservadora em termos de estrutura familiar comparada aos padrões médios brasileiros. As maiores proporções de mulheres de 15 a 49 anos (em idade fértil) casadas são encontradas, por exemplo, no Estado de Santa Catarina, onde os valores chegam a atingir 68% de mulheres nesta faixa etária.

⁵ Uma visão geral sobre a situação demográfica e social da população brasileira considerando os controles de gênero e raça pode ser vista em detalhes no estudo "A situação demográfica e social da população brasileira em 1995" de Simões, C. e Cardoso, R.



Tabela 2 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade, por estado conjugal, segundo as Grandes Regiões e grupos de idade - Brasil - 1995

Grandes Regiões e grupos de idade	Mulheres de 15 a 24 anos de idade, por estado conjugal			
	Solteiras	Casadas (1)	Divorciadas, desquitadas e separadas	Viúvas
Brasil				
15 a 24 anos	67,9	27,8	4,1	0,1
15 a 17 anos	89,3	8,9	1,6	0,0
18 e 19 anos	73,8	22,2	3,7	0,2
20 a 24 anos	49,2	44,4	6,2	0,2
Norte				
15 a 24 anos	64,8	28,3	6,7	0,2
15 a 17 anos	85,6	10,9	3,4	0,0
18 e 19 anos	68,6	24,8	6,6	0,0
20 a 24 anos	45,7	44,3	9,5	0,4
Nordeste				
15 a 24 anos	67,1	27,6	5,2	0,1
15 a 17 anos	87,5	10,2	2,2	0,0
18 e 19 anos	72,2	22,5	5,2	0,1
20 a 24 anos	47,9	44,4	7,6	0,1
Sudeste				
15 a 24 anos	72,4	24,3	3,2	0,2
15 a 17 anos	92,5	6,5	0,9	0,1
18 e 19 anos	79,6	17,8	2,3	0,3
20 a 24 anos	54,7	39,9	5,2	0,2
Sul				
15 a 24 anos	60,7	35,3	3,6	0,1
15 a 17 anos	87,1	11,0	1,4	0,0
18 e 19 anos	66,4	30,1	3,0	0,1
20 a 24 anos	40,0	54,2	5,4	0,1
Centro-Oeste				
15 a 24 anos	61,8	34,1	3,9	0,1
15 a 17 anos	86,2	12,1	1,2	0,0
18 e 19 anos	66,5	29,0	4,4	0,0
20 a 24 anos	43,1	51,3	5,5	0,2

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

(1) Casadas no civil, religioso e sem declaração de tipo de união.

Famílias chefiadas por mulheres

Este fenômeno acompanhou as importantes mudanças no padrão brasileiro de organização familiar. Nos últimos 15 anos, a proporção de famílias cuja pessoa de referência é a mulher passou de 16,9%, em 1981, para 22,9%, em 1995⁶. Sem dúvida, este fato está ligado a uma série de outras mudanças, como, por exemplo, a acentuada queda da fecundidade ocorrida nas últimas décadas e ao ingresso da mulher no mercado de trabalho. A mulher com menos filhos e com independência econômica, possivelmente, se sente mais livre, seja para dissolver sua união, seja para se tornar a provedora da família.

⁶ Este valor supera a média da América Latina (21%), aproximando-se à dos países desenvolvidos (24%), segundo as estatísticas das Nações Unidas (Women's Indicators and Statistics Database, 1995).

No conjunto de famílias brasileiras, 7,6% são chefiadas por pessoas jovens de 15 a 24 anos. Sem dúvida, a grande maioria destes chefes tem entre 20 e 24 anos (81%), aqueles de 18 e 19 anos constituem 13,3% deste conjunto e, naturalmente, apenas 5,7% deles são ainda adolescentes (Tabela 3). É interessante observar que as famílias de chefes mulheres jovens (9,8%) têm um peso relativo maior no conjunto das famílias chefiadas por mulheres do que aquelas chefiadas por jovens do sexo masculino (6,9%). Entre as mulheres chefes jovens, parcela importante vive em unidades domésticas unipessoais, isto é, mora sozinha.

Tabela 3 - Total de famílias e famílias chefiadas por jovens de 15 a 24 anos de idade, por sexo da pessoa de referência - Brasil - 1995

Especificação	Sexo da pessoa de referência					
	Total		Homens		Mulheres	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Total de famílias						
Absoluto	42 046 373	100,0	32 146 398	100,0	9 629 975	100,0
Relativo (%)	100,0	..	77,1	..	22,9	..
Famílias chefiadas por jovens de 15 a 24 anos de idade						
- Absoluto	3 191 842	7,6	2 243 341	6,9	948 501	9,8
Relativo (%)	100,0	..	70,3	..	29,7	..

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Outro aspecto que deve ser destacado refere-se à renda das famílias chefiadas por mulheres jovens. Estas famílias são, na sua maioria, pobres. Cerca de 36,6% viviam com apenas dois salários mínimos de renda mensal embora a proporção daquelas que recebiam mais de cinco salários mínimos supera 25% (Tabela 4). Na realidade, o perfil socioeconômico da mulher chefe jovem parece ser dicotômico, concentrando-se entre as mulheres pobres (de famílias pobres desfeitas) ou entre as mulheres de classe média.

Tabela 4 - Famílias, por sexo da pessoa de referência, segundo a renda familiar - Brasil - 1995

Renda familiar	Famílias, por sexo da pessoa de referência	
	Homens	Mulheres
Até 2 salários mínimos	23,2	36,6
Mais de 2 a 3 salários mínimos	13,5	13,1
Mais de 3 a 5 salários mínimos	18,4	15,1
Mais de 5 salários mínimos	41,1	25,8

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

As famílias chefiadas por mulheres diferem, em vários aspectos, daquelas chefiadas por homens. A maioria dos chefes de família mais velhos é constituída por mulheres. Outro ponto que vale destacar é que poucos homens idosos vivem sozinhos.



Um aspecto destacado por estudos da ONU⁷ é que a chefia feminina ocorre mais freqüentemente depois da dissolução do casamento, morte, separação ou divórcio. Nos países desenvolvidos as taxas mais elevadas são das mulheres separadas e divorciadas, enquanto nos países em desenvolvimento são geralmente entre as viúvas.

Dependendo das culturas locais e da forma como se coleta a informação, na maioria dos países as mulheres não são usualmente classificadas como chefes das unidades domésticas a não ser quando moram sozinhas ou quando não há nenhum homem adulto morando no domicílio. O chefe da família deve ser aquele que tem autoridade e responsabilidade pelas atividades domésticas e, na maioria dos casos, é o que dá suporte econômico. As estatísticas disponíveis sobre o assunto, geralmente, subestimam as responsabilidades da mulher no ambiente doméstico o que dificulta enumerá-la como pessoa de referência. Mas, sem dúvida, estas estatísticas fornecem um excelente indicador do número de unidades domésticas onde a mulher tem sozinha a responsabilidade pelo sustento da família.

A situação educacional das jovens

O papel que a educação tem na vida das pessoas é indiscutível e o dimensionamento das questões relativas ao quadro educacional das mulheres jovens no que tange à alfabetização, freqüência à escola e escolarização é fundamental quando se quer conhecer sua situação hoje no País.

No ano de 1995 existia ainda, nas áreas rurais brasileiras, um contingente não desprezível de analfabetismo entre as mulheres jovens, 12,1%, enquanto nas cidades este problema estava praticamente resolvido, 96,8% eram alfabetizadas. A tabela 5 oferece a informação sobre alfabetização por faixas etárias e, pode-se perceber, que o problema estava concentrando no grupo mais velho.

A alfabetização por si só não é suficiente e, para se tornar um processo permanente e duradouro, é necessário que a pessoa tenha, para superar as barreiras iniciais de formação educacional, pelo menos, quatro anos de estudo. Os chamados analfabetos funcionais são aquelas pessoas sem instrução ou com menos de 3 anos de estudo. No conjunto de jovens de 15 a 24 anos, o contingente de pessoas nesta situação era significativo, aproximadamente 21,6%. Entre as mulheres ocupadas deste grupo etário, cerca de 17,8% podiam ser consideradas analfabetas funcionais.

As oportunidades de ingresso em instituições de ensino são melhores nas regiões metropolitanas do País e este fato pode ser comprovado quando se observa a proporção bem mais favorável de mulheres de 15 a 24 anos estudantes nas RMs (47,4%) comparada à média nacional (42,8%). A Região Sul destaca-se por apresentar o menor percentual de estudantes (Tabela 6).

⁷ Um dos estudos mais completos contendo diversas estatísticas sobre o assunto está para ser publicado pela ONU em 1998 é "The Living Arrangements of Women and their Children in Developing profile" (United Nations publication forthcoming 1998).

Tabela 5 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade e proporção de mulheres de 15 a 24 anos de idade, por situação do domicílio, segundo a alfabetização e grupos de idade - Brasil - 1995

Alfabetização e grupos de idade	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Mulheres de 15 a 24 anos de idade			
Alfabetizadas			
15 a 24 anos	13 656 681	11 269 901	2 386 780
15 a 17 anos	4 748 588	3 845 968	902 620
18 e 19 anos	2 707 618	2 223 816	483 802
20 a 24 anos	6 200 475	5 200 117	1 000 358
Não-alfabetizadas			
15 a 24 anos	701 162	372 649	328 513
15 a 17 anos	196 486	101 311	95 175
18 e 19 anos	135 262	71 853	63 409
20 a 24 anos	369 414	199 485	169 929
Proporção de mulheres de 15 a 24 anos de idade (%)			
Alfabetizadas			
15 a 24 anos	95,1	96,8	87,9
15 a 17 anos	96,0	97,4	90,5
18 e 19 anos	95,2	96,9	88,4
20 a 24 anos	94,4	96,3	85,5
Não-alfabetizadas			
15 a 24 anos	4,9	3,2	12,1
15 a 17 anos	4,0	2,6	9,5
18 e 19 anos	4,8	3,1	11,6
20 a 24 anos	5,6	3,7	14,5

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Tabela 6 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade, estudantes, e proporção de mulheres de 15 a 24 anos de idade, estudantes, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - Brasil - 1995

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	Mulheres de 15 a 24 anos de idade, estudantes		Proporção de mulheres de 15 a 24 anos de idade, estudantes (%)
	Total	Estudantes	
Brasil	14 330 853	6 140 424	42,8
Norte urbana	753 381	381 862	50,7
Nordeste	4 433 595	1 912 970	43,1
Sudeste	6 063 172	2 655 611	43,8
Sul	2 026 084	753 913	37,2
Centro-Oeste	1 054 621	436 068	41,3
Regiões Metropolitanas	4 399 458	2 083 678	47,4

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Quando se analisam os percentuais de estudantes, tendo em vista os demais subgrupos etários no conjunto de 15 a 24 anos, percebe-se que a maior frequência escolar ocorria ainda no grupo de 15 a 17 anos (69,4% são estudantes). Nos dois subgrupos etários subsequentes compostos por mulheres de 18 e 19 e 20 a 24 anos, os percentuais baixam para 45,2% e 21,8% respectivamente, o que pode ser resultado do ingresso no mercado de trabalho associado à fecundidade já bem mais significativa nestes subgrupos etários (Tabelas 1 e 7).



Tabela 7 - Mulheres, total e estudantes, e proporção de mulheres estudantes, segundo os grupos de idade - Brasil - 1995

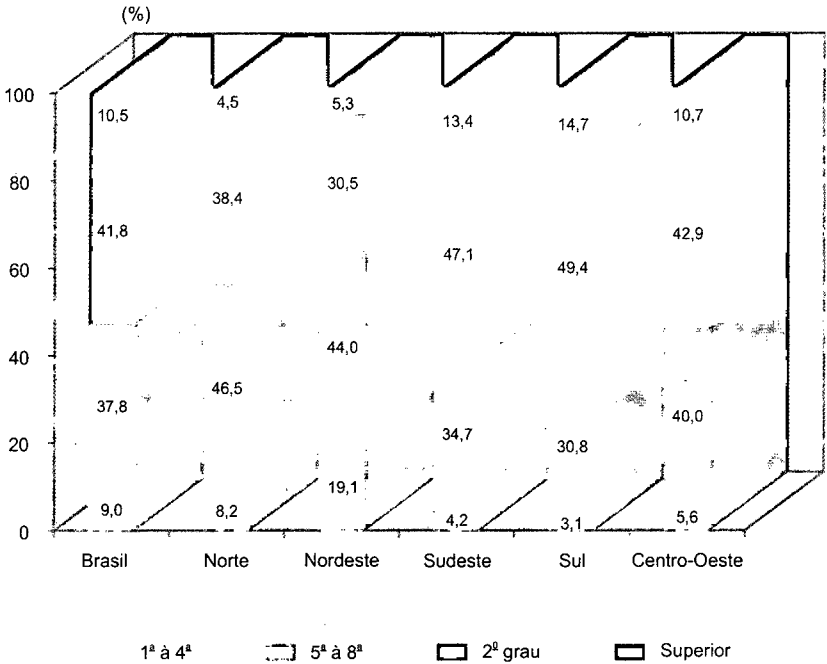
Grupos de idade	Mulheres		Proporção de mulheres estudantes (%)
	Total	Estudantes	
15 a 17 anos	4 933 853	3 425 743	69,4
18 e 19 anos	2 838 471	1 284 145	45,2
20 a 24 anos	6 558 529	1 430 536	21,8

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Entre as jovens estudantes apenas 10,5% faziam curso superior. A massa de estudantes estava, praticamente, dividida entre o primeiro e segundo grau, 37,8% e 41,8% no conjunto do País. Estes resultados revelam uma grande defasagem entre a idade e o curso freqüentado pelas mulheres jovens, em todas as regiões do País, tendo em vista que o sistema educacional vigente no País nas últimas décadas foi todo baseado numa correspondência ideal entre a idade e a série freqüentada⁸. Note-se que o Sul do País apresentava os menores índices de defasagem (Gráfico 1).

Este problema da defasagem série/idade estava mais concentrado no grupo das adolescentes (15/17 anos), com apenas 37,8% delas freqüentando o segundo grau. Estes resultados podem estar espe-lhando uma combinação de problemas como ingresso tardio e altos índices de re-petência. No grupo das mulheres de 20 a 24 anos, en-contrava-se ainda um contingente expressi-vo (40%) que freqüen-tava o segundo grau.

Gráfico 1 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade, por curso freqüentado, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1995



Fonte: IBGE/PNAD.

Em linhas gerais, a situação educacional das mulheres jovens de 15 a 24 anos era precária, dado que menos da metade estudava, a maioria apresentava grande defasagem da idade com a série ou grau cursados e poucas chegavam a freqüentar um curso de nível superior.

⁸ Primeira série do primeiro grau = a 7 anos, segunda = a 8 anos e sucessivamente até a oitava com 14 anos. O segundo grau segue a mesma lógica: primeira série = 15 anos até a terceira = 17 anos.

Tabela 8 - Mulheres estudantes de 15 a 24 anos de idade, por grau de ensino freqüentado, segundo os grupos de idade - Brasil - 1995

Grupos de idade	Mulheres estudantes de 15 a 24 anos de idade, por grau de ensino freqüentado (%)				
	1º grau			2º grau	Superior
	Total	1ª à 4ª série	5ª à 8ª série		
15 a 24 anos	47,8	9,0	37,8	41,8	10,5
15 a 17 anos	61,8	12,3	48,9	37,8	0,4
18 e 19 anos	35,1	5,6	28,3	53,4	11,5
20 a 24 anos	25,4	4,0	19,6	40,8	33,7

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

As jovens no mercado de trabalho

O mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas passou por diversas transformações, algumas tipicamente associadas aos movimentos conjunturais da economia, enquanto outras já representavam o aprofundamento de mudanças estruturais iniciadas em meados da década de 70.

Um dos movimentos mais notáveis, que explicam, em parte, o crescimento sustentado da taxa de atividade e de ocupação da população, a despeito das crises e da má performance da economia no período, foi o ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho. Vários estudiosos da questão têm chamado atenção para este fenômeno destacando, ainda, o crescimento das taxas de atividade das mulheres mais instruídas.

Era bastante expressiva, 51,8%, a taxa de atividade das mulheres jovens entre 15 e 24 anos. Sem dúvida, esta taxa é menos significativa quando comparada àquelas referentes às faixas etárias superiores, de 25 a 49 anos, cujos valores atingiam mais de 60%. Entretanto, no grupo das jovens, vale a pena chamar atenção para a elevada taxa de atividade do subgrupo etário de 20 a 24 anos (Tabela 9).

Tabela 9 - Taxas de atividade feminina, segundo os grupos de idade - Brasil - 1995

Grupos de idade	Taxa de atividade feminina (%)
15 a 17 anos	38,4
18 e 19 anos	53,9
20 a 24 anos	60,9
25 a 29 anos	62,7
30 a 39 anos	66,4
40 a 49 anos	63,6
50 a 59 anos	48,0
60 anos ou mais	20,4

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

É na Região Sul que o conjunto de mulheres jovens apresentava a taxa de atividade mais elevada, 60,3%. Este resultado pode ser explicado, pelo menos em parte, pela própria dinâmica do mercado de trabalho no Sul do País, que oferecia condições favoráveis de ingresso não só para mulheres como também para o



conjunto da população economicamente ativa. Outro aspecto a ser considerado é o forte peso da atividade agrícola naquela região: 71,5% das mulheres jovens das áreas rurais estavam participando da economia. A Tabela 10 apresenta a taxa de atividade das jovens por regiões, segundo a situação do domicílio. Nos subgrupos etários a mesma tendência pode ser também verificada. No Sul do País, uma de cada duas adolecentes (15/17) era ativa economicamente, taxa mais alta do que a encontrada para a média das adolescentes brasileiras e das outras Grandes Regiões.

Tabela 10 - Taxa de atividade das mulheres de 15 a 24 anos de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1995

Grandes Regiões	Taxa de atividade das mulheres de 15 a 24 anos de idade		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Brasil	51,8	50,9	55,8
Norte	46,2	46,2	-
Nordeste	47,4	44,5	53,5
Sudeste	53,1	53,2	52,5
Sul	60,3	57,2	71,5
Centro-Oeste	50,3	50,8	47,9

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Embora a taxa de atividade das jovens fosse elevada e a participação feminina na PEA jovem (39,6%) expressiva, o percentual de mulheres desta faixa etária procurando um posto de trabalho era significativo, 14,3%. Segundo Arias (1998)⁹, o desemprego é uma forma de exclusão que atinge o grupo mais jovem da população, sobretudo o das mulheres. Acrescenta, ainda, que o desemprego adquire proporções preocupantes entre a população jovem urbana de todas as regiões do País, afetando, principalmente, o grupo de 15 a 19 anos do sexo feminino pertencente às famílias de mais baixa renda.

Nestas duas regiões, era expressivo o percentual de adolescentes entre 15 a 17 anos que trabalhavam como empregadas domésticas, em torno de 44,0% no Centro-Oeste e de 60,0% no Norte (tabela 11).

Quanto àquelas jovens mulheres que trabalhavam sem remuneração, o quadro mais precário ocorreu no Nordeste, onde 36% não recebia qualquer remuneração por seu trabalho.

Das jovens que trabalhavam com vínculo empregatício (Gráfico 2), cerca de 60% tinham carteira assinada pelo empregador. No Sul e Sudeste, estes

⁹ O estudo de Arias, (1998) discute detalhadamente aspectos importantes da situação de trabalho da população jovem, destacando a situação do desemprego.



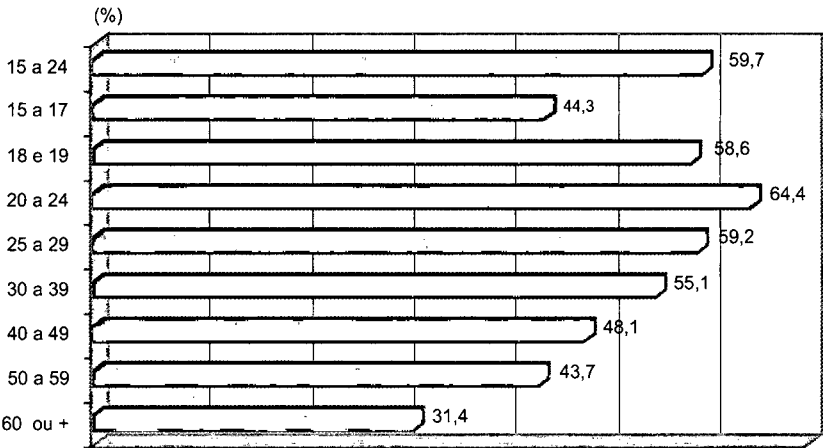
Tabela 11 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade, empregadas domésticas e trabalhadoras sem remuneração, segundo as Grandes Regiões e grupos de idade - Brasil - 1995

Grandes Regiões e grupos de idade	Mulheres de 15 a 24 anos de idade	
	Empregadas Domésticas	Trabalhadoras sem remuneração
Brasil		
15 a 24 anos	25,1	13,3
15 a 17 anos	33,8	22,6
18 e 19 anos	27,4	12,7
20 a 24 anos	20,5	9,3
Norte		
15 a 24 anos	36,2	8,7
15 a 17 anos	60,0	15,1
18 e 19 anos	39,4	7,7
20 a 24 anos	24,0	6,1
Nordeste		
15 a 24 anos	26,9	22,6
15 a 17 anos	33,3	35,9
18 e 19 anos	32,2	21,3
20 a 24 anos	21,4	15,8
Sudeste		
15 a 24 anos	23,6	5,9
15 a 17 anos	32,8	10,8
18 e 19 anos	25,3	6,5
20 a 24 anos	19,5	3,8
Sul		
15 a 24 anos	20,6	19,7
15 a 17 anos	26,5	28,3
18 e 19 anos	20,7	18,3
20 a 24 anos	18,0	16,3
Centro-Oeste		
15 a 24 anos	31,4	7,9
15 a 17 anos	43,8	15,0
18 e 19 anos	30,0	6,9
20 a 24 anos	26,5	5,3

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

valores alcançavam 72,0% e 67,0% respectivamente. É interessante observar que o grupo de jovens de 15 a 24 anos com carteira assinada apresentava a proporção mais alta entre o conjunto de mulheres com posse de carteira, comparado com outros subgrupos etários.

Gráfico 2 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade com carteira assinada, por grupos de idade - Brasil - 1995



Fonte: IBGE/PNAD.



A atividade econômica das mulheres tem maior expressão no setor de serviços, atingindo mais de um terço, 34,2%, seguidos pelo agrícola (17,3%) e o comércio (16,0%) (Tabela 12). A participação na agricultura e nos serviços cai com bastante intensidade na medida em que a idade avança. Na indústria e no comércio, a participação cresce um pouco com a idade.

Tabela 12 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade, segundo o setor de atividade - Brasil - 1995

Setor de atividade	Mulheres de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade			
	15 a 24 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos
Agrícola	17,3	24,4	16,2	14,6
Indústria de transformação	11,1	9,8	11,3	11,5
Comércio	15,8	13,0	16,2	17,0
Serviços	34,3	41,7	36,5	30,0
Outros	21,7	11,1	20,4	26,9

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

O rendimento médio do trabalho das mulheres jovens ficava, em 1995, em torno de 1,45 salário mínimo. No Nordeste, este rendimento era muito mais baixo do que a média nacional alcançando menos do que um salário mínimo, 0,68. No conjunto das RMs, esta média era bem mais favorável chegando a 2,25 salários mínimos.

O perfil da jovem mulher trabalhadora não é dos mais animadores quando se relacionam os indicadores de rendimento e o número de horas trabalhadas: 60,6% percebiam até 2 salários mínimos de renda mensal advinda do trabalho principal, 62,8% trabalharam mais de 40 horas por semana e 42,5% ganhavam até dois salários mínimos apesar de trabalharem mais de 40 horas semanais, o que pode ser considerado uma inserção bastante precária no mercado de trabalho. Observando-se os dados da Tabela 13, verifica-se que, na Região Sul, a situação era um pouco mais favorável, nela se encontrando as mais baixas proporções de inserção precária no mercado de trabalho.

Tabela 13 - População ocupada feminina de 15 a 24 anos de idade, no trabalho principal, com indicação da classe de rendimento e das horas trabalhadas por semana, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - Brasil - 1995

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	População ocupada feminina de 15 a 24 anos de idade, no trabalho principal		
	Com rendimento até 2 salários mínimos	Com mais de 40 horas de trabalho por semana	Relação salário/hora
Brasil	60,6	62,8	42,5
Norte	71,9	61,9	48,4
Nordeste	64,6	49,6	42,1
Sudeste	59,3	70,7	43,7
Sul	53,1	63,4	36,5
Centro-Oeste	66,2	64,9	47,5
Regiões Metropolitanas	58,5	73,3	43,1

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Os diferenciais entre jovens do sexo masculino e feminino

As desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres são construídas socialmente e não determinadas pelo sexo, sobretudo quando se trata de educação. Nos três indicadores selecionados, as mulheres jovens apresentaram índices mais favoráveis do que os homens, isto é, não só quanto ao número de estudantes como também na proporção de alfabetizados e daqueles com curso superior, como é possível constatar na Tabela 14.

Tabela 14 - Jovens de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade e sexo, segundo alguns indicadores Brasil - 1995

Indicadores	Jovens de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade							
	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alfabetizados	90,6	95,1	90,9	96,0	90,2	95,2	90,5	94,4
Estudantes	38,4	42,8	63,8	69,4	38,7	45,2	19,3	21,8
Estudantes de nível superior (%)	8,6	10,5	0,3	0,4	9,6	11,5	29,7	33,7

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Essa diferença favorável em relação às mulheres é um fenômeno que vem se repetindo nas últimas décadas e a explicação plausível reside no fato de que os homens se inserem mais precocemente no mercado de trabalho, enquanto as mulheres conseguem conciliar melhor atividades de estudo e trabalho com os afazeres domésticos¹⁰. Aliás, segundo a PNAD, a grande maioria das mulheres jovens economicamente ativas (89,9%) tem os afazeres domésticos como atividade¹¹. A Tabela 15 mostra como as mulheres jovens conjugavam atividades como trabalho, estudo e afazeres domésticos. De fato, são poucas, em torno de 8%, aquelas que se ocupam exclusivamente dos afazeres domésticos.

A defasagem entre a série ou curso frequentado e a idade era maior entre os jovens do sexo masculino do que entre os de sexo feminino. A Tabela 16 mostra a

Tabela 15 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade, por tipo de atividade, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - Brasil - 1995

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	Mulheres de 15 a 24 anos de idade, por tipo de atividade			
	Estudam	Trabalham e estudam	Trabalham	Só afazeres domésticos
Brasil	5,8	25,3	50,9	7,9
Norte	10,2	30,8	42,0	9,7
Nordeste	5,4	25,5	50,8	7,8
Sudeste	6,2	24,5	49,5	8,0
Sul	4,0	24,7	58,0	7,2
Centro-Oeste	6,2	27,5	49,7	7,8
Regiões Metropolitanas	7,3	24,9	45,5	10,1

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

¹⁰ Os diferenciais entre homens e mulheres foram, inicialmente, tratados por Saboia, (1998).

¹¹ A partir de 1992, a PNAD incluiu no seu questionário básico um quesito que trata do exercício não-remunerado dos afazeres domésticos pelos moradores do domicílio. Os afazeres domésticos não caracterizam uma categoria de emprego como, por exemplo, empregado doméstico.



ocorrência do fenômeno apenas para o conjunto do País, porém vale acrescentar que o mesmo ocorre nas Grandes Regiões e nas metrópoles.

Tabela 16 - Estudantes de 15 a 24 anos de idade, por grau de ensino que freqüentavam, segundo o sexo e grupos de idade - Brasil - 1995

Sexo e grupos de idade	Estudantes de 15 a 24 anos de idade, por grau de ensino que freqüentavam					
	1º grau				2º grau (3)	Superior (4)
	Total (1)	1ª à 4ª série	5ª à 8ª série	Sem declaração (2)		
Homens						
15 a 24 anos	55,6	13,2	41,2	0,9	35,8	8,6
15 a 19 anos	63,4	15,1	47,2	0,8	34,0	2,6
15 a 17 anos	70,2	16,9	52,3	0,6	29,6	0,3
18 e 19 anos	43,7	9,8	32,3	1,4	46,8	9,6
20 a 24 anos	28,1	6,3	20,0	1,3	42,3	29,7
Mulheres						
15 a 24 anos	47,8	9,0	37,8	0,8	41,8	10,5
15 a 19 anos	54,6	10,5	43,3	0,6	42,1	3,4
15 a 17 anos	61,8	12,3	48,9	0,5	37,8	0,4
18 e 19 anos	35,1	5,6	28,3	0,9	53,4	11,5
20 a 24 anos	25,4	4,0	19,6	1,3	40,8	33,7

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

(1) Inclusive os estudantes de curso de alfabetização de adultos. (2) Inclusive os estudantes que freqüentavam o supletivo não-seriado. (3) Inclusive os estudantes de pré-vestibular. (4) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

Como já foi dito, houve, na década de 80, um ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho. Este aumento da participação feminina deve-se a mudanças econômicas e sociais ocorridas neste período, principalmente nos padrões de comportamento das mulheres, efeito marcante dos movimentos de emancipação feminina dos anos 70. Além disso, a crise econômica do início da década obrigou as mulheres a complementar a renda familiar. Contudo, persistem, ainda, desigualdades entre homens e mulheres, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, sobretudo em relação aos rendimentos. Com objetivo de mostrar alguns destes diferenciais, a Tabela 17 resume

Tabela 17 - Indicadores selecionados de trabalho das pessoas de 15 a 24 anos de idade, por sexo, segundo os indicadores - Brasil - 1995

Indicadores	Pessoas de 15 a 24 anos de idade, por sexo	
	Homens	Mulheres
Taxa de atividade	78,5	51,8
Taxa de ocupação	70,9	44,4
Pessoas procurando emprego (%)	10,0	14,3
Empregados (%)	68,2	48,5
Trabalhadores domésticos (%)	0,8	25,1
Empregados com carteira assinada (%)	47,6	59,8
Rendimento médio (salário mínimo)	1,9	1,5
Rendimento médio dos empregados com carteira assinada (Salário mínimo)	2,8	2,5
Trabalhadores por conta própria (%)	12,2	7,4
Trabalhadores não-remunerados (%)	16,3	13,3
Agricultura	29,8	17,3
Indústria de transformação	16,8	11,1
Serviços	13,1	34,2
Comércio	15,0	15,8

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

os resultados para o conjunto das jovens de 15 a 24 anos. Porém, é válido dizer que os diferenciais foram, também, verificados para os subgrupos etários 15/17, 18/19 e 20/24.

Apesar de todas estas mudanças, em 1995 a participação dos homens no mercado de trabalho ainda superava em muito a feminina, em todas as faixas de idade. No grupo de jovens de 15 a 24 anos a relação era de 60% de homens contra 40% de mulheres. A taxa de atividade feminina para este grupo etário era de 51,8%, enquanto a masculina atinge 78,5%. Quando comparadas as taxas de ocupação masculina e feminina, observa-se que 14,3% das mulheres estavam à procura de trabalho, já para os homens esta taxa era de 10%.

Quanto ao rendimento médio, os homens apresentavam um valor quase 30% superior ao das mulheres: 1,9 salário mínimo contra 1,5 salário mínimo. No caso do rendimento médio dos empregados com carteira, a diferença era um pouco menor: 2,8 salários mínimos contra 2,5 salários mínimos.

Os diferenciais mais marcantes estão nos indicadores relativos à proporção de empregados, daqueles com carteira assinada e dos trabalhadores domésticos. A diferença na proporção de empregados, favorável aos homens, e de empregados com posse de carteira, favorável às mulheres, ocorre possivelmente devido ao grande peso que o emprego doméstico tem para as mulheres ocupadas, sobretudo nesta faixa etária.

Na agricultura, a diferença de participação entre homens e mulheres deve-se ao fato de que neste setor da economia as mulheres participavam mais em atividades dentro da própria unidade doméstica de produção para seu consumo ou produção, enquanto os homens se dedicavam mais às atividades diversificadas, sendo mais facilmente detectáveis como trabalhadores ativos (volantes, bóias-frias, etc.).

É no comércio onde se poderia dizer que jovens do sexo masculino e feminino tinham igualdade de participação, em torno de 15%, mas os homens, ainda, possuíam um rendimento médio superior ao das mulheres: 2,3 salários mínimos contra 1,8 salários mínimos.

O setor de serviços ocupava uma parcela de mulheres quase três vezes maior que a de homens (34,2% contra 13,1%). Entretanto, a desigualdade dos rendimentos percebidos no trabalho principal entre homens e mulheres jovens era muito expressiva: o dos homens era de 2 salários mínimos, enquanto o das mulheres era de 1,1 salário mínimo neste ramo de atividade, o que, provavelmente, ocorre devido à importância do emprego doméstico das jovens onde a média salarial ainda é muito baixa na sociedade brasileira, principalmente do quando comparada à de outros países.

Quanto ao emprego doméstico, vale destacar que dos jovens que eram empregados domésticos apenas 5% pertenciam o sexo masculino, o que não é de se estranhar, porque tal atividade na sociedade brasileira é tipicamente feminina. Aliás, este tipo de emprego é bastante comum na vida das mulheres, desde que são meninas. Dados levantados no estudo de Ribeiro e Saboia (1991) mostram que o emprego doméstico figura no *ranking* de ocupações como a mais frequente para crianças e adolescentes (10 a 17 anos) do sexo feminino durante todos os anos da década de 80, envolvendo cerca de 35% delas.

Mesmo sendo pouco representativos dentro da categoria dos empregados domésticos, os jovens do sexo masculino conseguiam ter rendimentos mais elevados que as mulheres. As diferenças de seus rendimentos foram verificadas em todas as regiões do País e nas áreas metropolitanas (Tabela 18).



Tabela 18 - Empregados domésticos de 15 a 24 anos de idade, por sexo e rendimento médio, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - Brasil - 1995

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	Empregados domésticos de 15 a 24 anos de idade, por sexo e rendimento médio			
	Homens	Rendimento médio	Mulheres	Rendimento médio
Brasil	84 050	1,2	1 579 997	1,0
Norte	2 593	1,2	103 107	0,9
Nordeste	36 598	0,9	476 038	0,7
Sudeste	31 337	1,4	639 802	1,1
Sul	5 406	1,3	220 565	1,1
Centro-Oeste	8 116	1,7	140 485	1,0
Regiões Metropolitanas	25 081	1,6	399 333	1,3

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Ainda sobre o emprego doméstico¹² de mulheres jovens, cabe chamar atenção quanto ao predomínio de mulheres de cor preta e parda¹⁶ nesta atividade. No conjunto do País, eram quase 60%, valor superior à média nacional das pessoas que se classificavam então como pretas e pardas (Tabela 19). Entretanto, é no Sudeste que este fenômeno pode ser visto de forma mais clara - apenas 35,7% da população se declaravam de cor preta e parda, porém foi possível encontrar 53,2% de mulheres empregadas domésticas pretas e pardas.

Tabela 19 - Proporção de empregadas domésticas de cor preta ou parda, segundo as Grandes Regiões Brasil - 1995

Grandes Regiões	Proporção de empregadas domésticas de cor preta ou parda (%)
Brasil	59,7
Norte	80,0
Nordeste	76,9
Sudeste	53,2
Sul	27,4
Centro-Oeste	65,4

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Tabela 20 - Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos de idade, por cor, segundo as Grandes Regiões Brasil - 1995

Grandes Regiões	Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos de idade, por cor (%)	
	Branca	Preta e parda
Brasil	51,9	47,6
Norte	27,7	71,8
Nordeste	26,5	73,3
Sudeste	63,6	35,7
Sul	83,3	16,6
Centro-Oeste	46,6	53,0

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

¹² As informações sobre a cor da população brasileira, até poucos anos atrás, só eram levantadas, a cada dez anos, pelos Censos Demográficos e suplementos da PNAD. A partir de 1987 a PNAD tem coletado sistematicamente esta informação sob forma de autodeclaração do informante em quesitos fechados, cabendo a este a responsabilidade da classificação de sua cor.

Desafios, políticas, ações e estratégias

Em termos de legislação, a partir dos anos 70, o trabalho feminino alcançou diversas conquistas¹³, graças ao movimento organizado de mulheres. Todavia muitas destas conquistas permanecem apenas no papel. Não existem normas que impeçam o ingresso ou dificultem a permanência de mulheres no mercado de trabalho, mas o que ainda ocorre são práticas de contratação discriminatórias. Embora as mulheres tenham aumentado sua participação em ocupações antes exclusivamente masculinas, as mudanças têm sido muito lentas.

No caso das mulheres jovens, existe uma dificuldade adicional. Cerca de um quarto (25%) delas têm filhos pequenos, que necessitam de maiores cuidados. Este fator interfere bastante na sua inserção no mercado de trabalho. A dificuldade de conciliar cuidados e educação dos filhos com o trabalho e a inexistência ou insuficiência de creches mantidas pelo estado ou por empresas privadas prejudicam a sua atividade profissional.

A reivindicação por creches é uma das bandeiras centrais do movimento de mulheres. Sem que esta reivindicação seja atendida, a emancipação das mulheres não será completa. A responsabilidade dos cuidados com a casa e com os filhos pequenos determina uma inserção social e ocupacional precária, principalmente para as mais jovens e pobres.

Para superar grande parte dos problemas detectados, no plano da legislação, é importante a criação de mecanismos de fiscalização para garantir o respeito à lei, impedindo práticas discriminatórias nas relações de trabalho. De acordo com Lavinias e Barsted (1997)¹⁴, não são necessárias as medidas de incentivo à contratação de mão-de-obra feminina, através de incentivos fiscais, como pretendem alguns projetos de lei em discussão.

No plano do mercado de trabalho propriamente dito, é fundamental a implementação de políticas governamentais, comunitárias ou empresariais que ajudem a eliminar a segregação ocupacional e de renda. Seguem-se alguns exemplos destas políticas, de acordo com algumas autoras feministas, como Bruschini (1994) e Lavinias e Barsted (1997):

1. incentivar as empresas, tanto públicas como privadas, a oferecer cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, em todos os níveis, mas sobretudo dirigidos ao grupo de mulheres mais despreparadas, que inclui grande contingente de jovens trabalhadoras, com nível mais baixo de instrução e menor experiência de trabalho.

¹³ Entre as mais significativas, pode-se citar a extensão dos direitos trabalhistas para a categoria das empregadas domésticas, a ampliação da licença-maternidade de 90 para 120 dias, a licença-paternidade e o direito de creche aos filhos de trabalhadores de ambos os sexos.

¹⁴ Lavinias, L. e Barsted, L. "Direitos Trabalhistas da Mulher", IPEA, 1997. Há polêmica entre as feministas acerca da validade das políticas de ações afirmativas, como, por exemplo, a definição de cotas de participação para assegurar a presença de mulheres em empresas onde estão em minoria. Segundo as autoras, estas políticas, além de discriminatórias, ampliariam o mercado de trabalho para as mulheres nos piores postos e com baixa remuneração.



2. estimular políticas de criação de emprego para as mulheres, em ocupações diversificadas, nos mais diversos setores da economia.
3. atuar no sentido de demolir os estereótipos e preconceitos que enquadram as mulheres em “guetos femininos” de trabalho. Esta ação poderia se efetuar através da mídia e de programas de livros didáticos.
4. estimular iniciativas como a criação de creches e escolas em tempo integral, lavanderias coletivas, postos de saúde funcionando em horários mais flexíveis, etc. Estas medidas aumentariam o potencial de trabalho das mulheres, criando condições mais favoráveis para a sua profissionalização.

A eficácia das propostas apontadas está condicionada a uma maior discussão sobre o papel da mulher na sociedade, a uma profunda transformação de valores e atitudes, à reformulação da divisão sexual de papéis na família e ao partilhamento das responsabilidades domésticas e familiares por homens e mulheres.

Enquanto as mulheres trabalhadoras estiverem sozinhas arcando com o cuidado dos filhos e todas as outras tarefas domésticas, sua inserção no mercado de trabalho será, no mínimo, mais difícil que a dos homens. A creche ou alternativa semelhante, isto é, o cuidado com as crianças até 6 anos de idade, deve ser encarada como uma das prioridades pelas políticas sociais públicas, para que as mulheres exerçam o direito ao trabalho, na prática e em condições adequadas.

Referências bibliográficas

CENSO DEMOGRÁFICO 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1973.

_____. 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, v. 1, t. 4, n. 1, 1983.

_____. 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro : IBGE, n. 1, 1996.

MENDES, M.M.S. et al. *Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980-2020*. Rio de Janeiro : IBGE, 1994. 21 p. (Textos para discussão, n. 73).